

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL

EXÉRCITO

2005/2006

TRABALHO INDIVIDUAL DE LONGA DURAÇÃO

**“THE THREE BLOCK WAR”
CONSEQUÊNCIAS NA ORGANIZAÇÃO, PREPARAÇÃO E
APRONTAMENTO DAS FORÇAS FACE À NOVA TIPOLOGIA
DE MISSÕES ATRIBUÍDAS ÀS FORÇAS ARMADAS**

**JOÃO MANUEL SANTOS DE CARVALHO
COR INF**

RESUMO ANALÍTICO

THE THREE BLOCK WAR – CONSEQUÊNCIAS NA ORGANIZAÇÃO, PREPARAÇÃO E APRONTAMENTO DAS FORÇAS FACE À NOVA TIPOLOGIA DE MISSÕES ATRIBUÍDAS ÀS FORÇAS ARMADAS

O conceito “The Three Block War” representa o desafiante, complexo e exigente campo de batalha, que as Forças militares actualmente defrontam na *guerra assimétrica*.

Como se organizam as unidades, como se prepara, equipa e forma os militares, para que sejam capazes de cumprir múltiplas missões alternando de operações humanitárias, a apoio à paz ou a combate de média intensidade, são alguns dos assuntos aqui enfatizados.

Este assunto reveste-se de especial importância, pois a força militar para actuar neste ambiente, terá de possuir a flexibilidade, modularidade, equipamento e armamento, para responder às mudanças de situação operacional. Os militares terão de avaliar e decidir no momento, qual a força a utilizar, qual o procedimento a tomar, sempre no respeito das orientações políticas de base e das Regras de Empenhamento estabelecidas.

Este documento aponta as principais linhas de força que devem ser consideradas. Começa por apresentar o conceito, suas características, impactos e capacidades requeridas às forças militares. Depois de algumas considerações sobre as missões e cenários em que as Forças Armadas ocidentais estão ou podem estar envolvidas, este documento analisa se as FA Portuguesas estão dotadas das necessárias capacidades de projecção, sustentação, protecção, flexibilidade, de comando e controlo, actuação conjunta e, se estão a corresponder à *organização* e *aprontamento* das suas Forças Nacionais Destacadas (FND) para ambientes próximos deste conceito. Por último, antes das conclusões, é apresentado o estudo empírico que nos permitiu dar resposta as hipóteses que levantámos.

ABSTRACT

THE THREE BLOCK WAR - CONSEQUENCES IN THE ORGANIZATION, TRAINING AND PREPARATION OF FORCES CONSIDERING THE NEW TYPE OF MISSIONS IMPUTED TO THE ARMED FORCES

The concept “The Three Block War” explains the challenging, complex and demanding battle of field, which the military forces can face in the **asymmetric war**.

How to organize the units, how to prepare, to equip and to train the military, in order to become ready to accomplish the multiple missions that change from humanitarian, to peace keeping or medium intensity combat operations, are some of the subjects here emphasised.

This subject is of special importance, because the military force to act in this environment, should have the flexibility, the versatility, equipment and armament, to transition among the different operational situation. The soldiers should estimate and decide in the moment, which force to use, which procedures to take, always respecting the basic political orientations and the established Rules of Engagement.

This document provides the main fundamentals that should be considered.

It begins by presenting the concept, its characteristics, impacts and required abilities to the military Forces. After some considerations about the missions and sceneries in which the western Armed Forces are or can be engaged, this document makes the analyses about how the Portuguese Armed Forces are, getting the necessaries abilities of projection, protection, flexibility, command and control, joint operations and adjusting the **organization, training and preparation** of his National Deployable Forces for environments similar to “The Three Block War”. At last, before the conclusions, it is presented the empiric studies that allow us to give the answers to the hypothesis that we put.

DOCUMENTO DE TRABALHO

**O TEXTO CORRESPONDE A UM TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOUTRINA OFICIAL DO
EXÉRCITO PORTUGUÊS.**

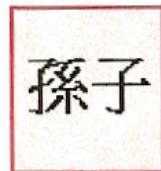
THE THREE BLOCK WAR
CONSEQUÊNCIAS NA ORGANIZAÇÃO, PREPARAÇÃO E
APRONTAMENTO DAS FORÇAS FACE À NOVA TIPOLOGIA
DE MISSÕES ATRIBUÍDAS ÀS FORÇAS ARMADAS.

IESM, 13 de Março de 2006

Maneuver Warfare in the City



“The worst policy is to attack cities. Attack cities only when there is no alternative.”



Sun Tzu

“It's the only place they [our future adversaries] can take our technology and mute it...We avoid the cities, but that is where we will be taken-so we had better learn to fight and win in the city.”

General C. C. Krulak



LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AOp	Área de Operações
CCmds	Companhia de Comandos
CEDN	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
CEM	Conceito Estratégico Militar
CEMGFA	Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas
CIMIC	Civil-Military Cooperation (Cooperação Civil-Militar)
CJTF	Combined Joint Task Force (Força Operacional Conjunta e Combinada)
CPLP	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
CRO	Crisis Response Operations (Operações de Resposta a Crises)
C3I	Comando, Comunicações, Controlo e Informática
C4ISR	Command, Control, Communications, Computers, Information, Surveillance and Reconnaissance
EBAO	Effects-Based Approach Operations
EMGFA	Estado-Maior-General das Forças Armadas
ETA	Euskadi Ta Askatasuna
EUA	Estados unidos da América
FA	Forças Armadas
FND	Força Nacional Destacada
FOE	Forças de Operações Especiais
FRR	Força de Reacção Rápida
GE	Guerra Electrónica
GEqEOD	Grupo de Equipas de Inactivação de Engenhos Explosivos
GNR	Guarda Nacional Republicana
IFOR	Implementation Force

IO	Operações de Informações
IRA	Irish Republican Army
ISAF	International security Assistance Force
KFOR	Kosove Force
LDNFA	Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas
LOBOFA	Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas
LPD	Navio Polivalente Logístico
LPM	Lei da Programação Militar
MIFA	Missões das Forças Armadas
NATO	North Atlantic Treaty Organization
NBQ	Nuclear Biológico e Químico
NCW	Network Centric Warfare (Guerra Centrada em Rede)
NEO	Non Combatent Evacuation Operations
NPL	Navio Polivalente Logístico
NRF	Nato Response Force
MDN	Ministério da Defesa Nacional
MONUA	Missão de Observadores das Nações Unidas em Angola
MOOTW	Military Operations Other Than War
OAP	Operações de Apoio à Paz
OCS	Orgãos de Comunicação Social
ONG	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
ONUMOZ	Operação das Nações Unidas em Moçambique
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OSCE	Organização de Segurança e Cooperação na Europa

OUA	Organização da União Africana
PRR	Personnel Role Radio
PSYOP	Operações Psicológicas
RAM	Revolução nos Assuntos Militares
RGB	República da Guiné-bissau
ROE	Rules of Engagement (Regras de Empenhamento)
SADC	Southern African Development Community
SFN	Sistema de Forças Nacional
SFOR	Stabilization Force
SOFA	Status of Force Agreement
STNAVFORLANT	Standing Naval Force Atlantic
TO	Teatro de Operações
UALE	Unidade de Aviação Ligeira do Exército
UAV	Unmanned Aerial Vehicle (Veículo Aéreo não Tripulado)
UNAVEM	United Nations Angola Verification Mission
UNTAET	United Nations Transitional Administration in East Timor
US	United States

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 - “THE THREE BLOCK WAR”	
1.1. O conceito	5
1.2. Características	7
1.3. Incidências na força militar	9
1.4.1. Organização das Forças	10
1.4.2. Formação e treino	10
1.4.3. Liderança	11
1.4. Capacidades emergentes	12
1.5. Síntese conclusiva	13
CAPÍTULO 2 – A NOVA TIPOLOGIA DE MISSÕES DAS FORÇAS ARMADAS	
2.1. Cenários de actuação	13
2.2. Tipologia de missões	15
2.2.1. Operações de combate	15
2.2.2. Operações de apoio à paz	16
2.2.3. Operações humanitárias	17
2.2.4. Combate ao terrorismo	17
2.3. O caso de Portugal	18
2.4. Síntese conclusiva	20
CAPÍTULO 3 – ORGANIZAÇÃO E APRONTAMENTO DAS FORÇAS	
3.1. Organização da Força Militar	22
3.1.1. Generalidades	22
3.1.2. Parâmetros na organização das Forças	22
3.1.3. A transformação militar portuguesa	24
3.1.4. Vulnerabilidades do Sistema de Forças Nacional	29
3.2. O aprontamento da Força Militar	32
3.2.1. Generalidades	32
3.2.2. Parâmetros na preparação das Forças	33
3.2.3. O caso nacional	34
3.3. Síntese conclusiva	35
CAPÍTULO 4 – ESTUDO EMPÍRICO	36
4.1. Metodologia	36
4.2. Colecta de dados: Entrevistas	37
4.3. Análise de dados: discussão das hipóteses	37
CONCLUSÕES	38
BIBLIOGRAFIA	41

APÊNDICES

- A. Intervenções militares dos EUA entre 1991 e 1995**
- B. Factores característicos das Operações de Apoio à Paz**
- C. Entrevistas**
- D. Glossário de conceitos**
- E. “The Three Block War”**

ANEXOS

- A. Discurso do General Charles Krulak**
- B. Gráfico de população urbana e rural, 1950-2030**
- C. Espectro das operações militares**

INTRODUÇÃO

Contextualização

Desde 1991 – fase pós Guerra Fria – que em Portugal se debatem as “Novas Missões” das Forças Armadas, quer no contexto nacional, quer no plano externo, no sentido da sua adequação à evolução dos riscos e ameaças emergentes no panorama estratégico que condiciona a preservação dos interesses nacionais. Concorrentemente, outros factores como a redução das despesas com os aparelhos militares, emergência de novas tecnologias com aplicação na condução da guerra e, controlo político mais estreito da acção militar, conduziram a reformas na estrutura das Forças Armadas (FA) de muitos países e a novas formas de empenhamento operacional para responderem à nova tipologia de missões.

Perante estes os desafios, as FA ocidentais tem vindo a procurar as capacidades necessárias para dar resposta a empenhamentos militares externos em múltiplas e diversificadas acções, que podem ir desde acções humanitárias a operações de resposta a crises em conflitos assimétricos, sem no entanto perder de vista a necessidade de manter capacidade par dar resposta a um conflito de alta intensidade de natureza convencional.

É neste novo quadro de conflitualidade que se torna necessário repensar a utilização de Forças militares em ambientes operacionais dominados pela Guerra Assimétrica¹, de natureza transnacional, e que, por isso, exigem uma organização e aprontamento² diferentes dos que eram seguidos para a Guerra Convencional.

O conceito³ “ The Three Block War” identifica e caracteriza o actual ambiente operacional que as forças militares dos EUA e de outros países, como Portugal, estão a encontrar em diferentes Teatros de Operações exteriores, bem como os processos de actuação que, essas mesmas forças, em face das ameaças, dos objectivos e, do próprio ambiente, podem desenvolver.

Importância do estudo

O tema proposto – **“The Three Block War”, consequências na organização, preparação e aprontamento das forças, face à nova tipologia de missões atribuídas às**

¹ Guerra assimétrica: aquela que é empreendida no interior de um Estado, por forças que se lhe opõem e que, sendo muito menores em efectivos e em meios militares, acabam normalmente por conseguir, a mais longo ou mais curto prazo, e por recurso a um conjunto de capacidades próprias - culturais e materiais, ou circunstanciais - obter a vitória. (Mendes, 2003, 10)

² Aprontamento: O conjunto de actividades logísticas, administrativas e sanitárias, executadas para preparação da Força, bem como os reconhecimentos ao TO e formação específica ao contingente para a missão. Não tendo sido encontrada definição oficial de Aprontamento, esta é uma possível caracterização dessa actividade, que inclui **a formação e preparação específica para uma missão.**

³ Conceito: construção abstracta que visa dar conta do real (Raymond QUIVY e Luc Van PENHOUDT, 1998, P.121)

Forças Armadas – é actual e de grande interesse, quer ao nível estratégico, quer ao nível tático. Ao nível estratégico, na medida em que leva à reflexão sobre a natureza da nova conflitualidade, sobre que melhores meios para cumprir os objectivos. Ao nível tático, na medida em que leva ao estudo da melhor maneira de utilizar os meios em função deste ambiente operacional e inimigo. No âmbito interno, a relevância deste tema é ainda acrescida pela recente publicação de legislação estruturante para a Defesa Nacional (Conceito Estratégico de Defesa Nacional - CEDN, Conceito Estratégico Militar - CEM, Sistema de Força Nacional - SFN04, Missões específicas das Forças Armadas - MIFA 04) na qual se procura regular a actuação das Forças Armadas para estes novos cenários através da identificação das suas missões, do conjunto de capacidades necessárias para o desempenho das mesmas e, das vulnerabilidades que persistem para o cabal cumprimento das missões.

Objecto do estudo e sua delimitação

Com este estudo propomo-nos elaborar sobre o conceito “The Three Block War”, para caracterizar o seu ambiente operacional, bem como os três tipos de acções que esse mesmo conceito prevê como resposta. Do estudo emergem, como elementos essenciais, a guerra assimétrica com a alternância de conflitos de gradações diferentes, o ambiente urbano em que decorrem aqueles conflitos, a importância da capacidade de liderança dos comandantes de baixo escalão, a definição das capacidades críticas para dotar as forças que têm de actuar naquele ambiente, e a avaliação das capacidades das Forças Armadas portuguesas para responderem aos requisitos operacionais emergentes do conceito “The Three Block War”.

Não obstante, actualmente, a qualquer operação militar estar associada a ameaça do terrorismo, no presente trabalho não será considerada essa ameaça, nem as missões que daí podem advir para as Forças Armada no âmbito da designada “defesa integrada”, porque o conceito “The Three Block” não faz qualquer alusão explícita a operações contra o terrorismo.

Explícito está, no título do presente trabalho, a análise sobre as consequências na organização, preparação e aprontamento das forças. No entanto, análises documentais (Directivas de Aprontamento de Forças Nacionais Destacadas - FND) e, contactos ou entrevistas com oficiais que já foram Comandantes de FND, levam-nos a considerar que a(s) actividade(s) de preparação (sanitária, de cargas, materiais, etc.) estão incluídas nas actividades de aprontamento da força. Neste sentido, em vários sub títulos do estudo, apenas

aparecerá o termo aprontamento, que engloba, no âmbito deste trabalho, as actividades de preparação, cuja definição se apresentou anteriormente.

Objectivos do estudo

Neste contexto, importa avaliar em que medida existirão pontos de contacto entre o novo quadro de referência da Defesa Nacional e o conceito “The Three Block War”. Neste sentido, os objectivos deste trabalho apontam para a identificação dos requisitos estruturais, e necessidades de formação e preparação das Forças militares quando cometidas de missões no âmbito de operações de apoio à paz e de dissuasão da guerra e também avaliar em que medida o actual Sistema de Forças Nacional (SFN) se adequa às exigências do emprego de forças em ambiente operacional próximo do conceito “The Three Block War”.

Metodologia

De acordo com os objectivos propostos para este estudo e a delimitação explicitada, considerámos a seguinte questão central: **como responder às exigências do conceito “The Three Block War”, em termos de organização, e aprontamento da força militar?** Para isso, a seguiu-se a metodologia científica, recorrendo-se sobretudo ao método dedutivo, com o propósito de explicar o conceito, compará-lo com o actual ambiente operacional e inferir se o nosso SFN responde às suas características. Em função das novas condicionantes organizacionais inerentes a este conceito, “The Three Block War”, considerámos pertinente levantar as seguintes questões derivadas com particular incidência na realidade militar nacional:

- O Sistema de Forças Nacional dá resposta às necessidades colocadas pelo conceito «The Three Block War»?
- O aprontamento das Forças Nacionais Destacadas (FND) enquadra-se nos requisitos de emprego de Forças preconizadas neste conceito?

Com base nestas questões, podemos elaborar as seguintes hipóteses orientadoras:

Hipótese 1: As Forças militares estão a cumprir os critérios organizacionais, e de aprontamento para actuação no ambiente operacional em análise;

Hipótese 2: O Sistema de Forças Nacional 04-Ccomponente Operacional garante às suas Forças militares as necessárias capacidades de actuação para fazer face aos três tipos de operações inscritas no conceito “The Three Block War”.

Hipótese 3: As Forças Nacionais Destacadas cumprem, no seu aprontamento, os requisitos exigidos para fazer face às missões previstas no conceito “The Three Block War”.

Hipótese 4: As missões e actividades realizadas pelas Forças Nacionais Destacadas nos diferentes Teatros de Operações (TO), enquadram-se no conceito “The Three Block War”.

Para a sustentação do estudo foi efectuada uma pesquisa bibliográfica (revistas, publicações e informação disponível na Internet), bem como analisados vários documentos oficiais relativos a diferentes missões das Forças Nacionais Destacadas (FND). Em complemento, foram realizadas entrevistas e estabelecidos contactos por meio electrónico com o United States (US) National War College.

Estrutura e conteúdo do estudo

O trabalho está articulado em três grandes capítulos, os quais antecedem a conclusão. No primeiro capítulo analisa-se o conceito “The Three Block War”, identificando-se os fundamentos em que assenta e as incidências que dele decorrem para a estrutura e aprontamento das forças militares bem como as capacidades que dele emergem. No segundo são caracterizados os novos cenários de actuação e as novas missões para as Forças Armadas dos países ocidentais (OTAN), especificando no final o caso de Portugal; e.

O terceiro capítulo é dedicado a avaliar se o CEDN, o CEM e o SFN respondem às novas ameaças e se porventura estão em concordância com os aspectos mais relevantes do conceito “The Three Block War”..

Para apêndices e anexos estão remetidos alguns documentos, incluindo as duas entrevistas realizadas, que podem servir de complemento ao entendimento do estudo.

Por último, nas conclusões, serão salientadas as principais linhas força do trabalho realizado, testadas e discutidas as hipóteses levantadas e, identificados os requisitos essenciais no plano organizacional e de aprontamento das forças militares quando em actuação em ambiente operacional próximo daquele que é caracterizado pelo conceito “The Three Block War”.

CAPÍTULO 1

THE THREE BLOCK WAR

Apresentada que foi a importância e objectivo do estudo, este próximo capítulo será dedicado a avaliar da pertinência do conceito “The Three Block War”, e da influência que eventualmente exerce sobre a organização, aprontamento e actuação das forças militares.

1.1 O conceito

Com o final da Guerra-fria, o ambiente de segurança internacional alterou-se profundamente, tornando-se evidente a tendência para o aumento da conflitualidade e instabilidade regional provocadas por lutas étnicas e religiosas em áreas que anteriormente tinham estado sob o controlo da política de blocos de uma das super potências. É neste novo ambiente operacional, com consequentes novas ameaças, novas áreas de operações, novos objectivos (políticos e militares), missões de natureza diferente, que o instrumento militar é chamado a dar novas respostas num ambiente estratégico em permanente mutação.

A intervenção das Forças Armadas dos Estados Unidos da América (EUA), designadamente o seu Corpo de “Marines”, cumprindo missões em vários conflitos, desde a Guerra do Golfo, em 1991, à guerra da Bósnia – Herzegovina em, 1995,⁴ permitiram ao General Charles Krulak, 31º Comandante daquele Corpo, com base na aprendizagem adquirida naqueles conflitos, caracterizar os seus ambientes operacionais e as operações militares que lhes poderiam dar resposta. A esse conjunto ambiente/resposta, designou “The Three Block War”, no qual procurou caracterizar o campo de batalha, vivido naquela época, de 1991 a 1997, bem como as acções que as forças militares executavam para responder as ameaças e cumprir com os objectivos.

Numa intervenção intitulada “The Three Block War: Fighting in Urban Areas”,⁵ que teve lugar em 10 de Outubro de 1997, no “National Press Club”, o Gen Krulak, apresentou o referido conceito e caracterizou os futuros conflitos como guerras assimétricas tendo lugar essencialmente em áreas urbanas, nas quais:” *In one moment in time, our service members will be feeding and clothing displaced refugees, providing humanitarian assistance. In the next moment, they will be holding two warring tribes apart – conducting peace keeping operations – and, finally, they will be fighting a highly lethal mid intensity battle- all on the same day ... all within three city blocks*”⁶

⁴ Apêndice A – Conflitos participados pelas Forças Armadas dos EUA.

⁵ Anexo A – Discurso do General Charles Krulak, em 10 de Outubro de 1997, no “National Press Club”

⁶ Texto do discurso que o General Charles Krulak proferiu ao National Press Club dos EUA em 10 de Outubro de 1997. É da responsabilidade do autor a tradução: “Num momento, uma força militar poderá, num

O General Krulak, refere no seu discurso, que no ano de 2010, mais de 70% da população mundial viverá em áreas urbanas, com a sua maioria localizada junto à costa litoral. Na verdade, em 2003, as Nações Unidas, publicaram os gráficos em anexo,⁷ que corroboram essa afirmação. Porque as áreas urbanas são as zonas onde o inimigo mais fraco tem a possibilidade de tentar anular a superioridade tecnológica das forças oponentes, recorrendo à guerra assimétrica, o General Krulak (1997, 8) considera que serão essas áreas o centro de gravidade de actuação do inimigo. Esta é também a convicção do General Loureiro dos Santos (2001,45) ao considerar que “ (...) *são as cidades que constituem o palco privilegiado das guerras não-clausewitzianas, uma vez que é aí que se localizam as principais fracturas sociais, culturais, étnicas e religiosas, susceptíveis de provocar tensões que conduzem a conflitos abertos, espontaneamente ou por aproveitamento e mobilização política (...)*”.

Neste ambiente operacional, a doutrina e organizações adoptadas para guerras convencionais tem pouca aplicação. Para além da já referida quebra da vantagem de uma superior capacidade tecnológica, serão exigidos efectivos superiores⁸, o comando e controlo é mais difícil face à configuração dos dispositivos adoptados e dos problemas relativos à localização das forças,⁹ perde-se capacidade de manobra, vê-se restringido o emprego de armamento e, o apoio logístico será mais complexo.

Este conceito, “The Three Block War”, que podemos designar por, “guerra tripartida em blocos de violência diferenciada”¹⁰, inclui acções que atravessam todo o espectro de operações militares, desde assistência humanitária (situação de paz) até operações de combate de média intensidade¹¹ (situação de guerra). Exceptua-se o conflito armado generalizado tal como é definido pelo RC Operações (2005, I, Cap. 2, p. 2-11).¹²

determinado local (Block I), ter uma sub-unidade envolvida em acções humanitárias, distribuindo comida ou roupas a refugiados ou populações, noutra local (Block II), forças envolvidas em operações de apoio à paz, mantendo separadas forças hostis e, finalmente, noutra local (Block III), outra sub-unidade intervindo num combate de média intensidade, mas de grande letalidade - tudo isto numa área reduzida e num mesmo dia.”

⁷ Gráficos de alterações demográficas da população mundial até ao ano de 2030 (Anexo B).

⁸ FM 3 – 06.11 Cap. I p.1-13

⁹ Idem, ibidem.

¹⁰ Expressão do autor deste trabalho, que sintetiza, em língua portuguesa, o conceito: três tipos de operações, com níveis de violência diferentes.

¹¹ Podem incluir acções violentas como: atentados suicidas, terrorismo, milícias armadas “War lords”, guerrilha urbana, conflito aberto limitado. (Ramalho, 2005,771)

¹² *Espectro de Operações* (Anexo C)

1.2. Características

Os resultados alcançados pelos Estados Unidos nos conflitos do Golfo, da Bósnia, do Kosovo, do Afeganistão e do Iraque, demonstraram a superior capacidade das suas Forças Armadas contra antagonistas quando defrontados em guerras convencionais. Esta evidência levou a que os seus opositores, face ao desequilíbrio de potencial, provocassem novos métodos de actuação. É desta forma que passam a evitar o confronto frontal e simétrico e, fazendo uso das armas que possuem, do conhecimento do terreno e do apoio que recebem de parte da população, desenvolvem a chamada “Guerra Assimétrica”.

Na verdade, o tipo de acções que o conceito “*The Three Block War*” contempla, é uma das respostas das Forças Armadas (FA), neste caso dos EUA, à guerra assimétrica e aos designados “novos conflitos” da década dos anos 90.

Representa para além de um conceito tático¹³, a estratégia¹⁴ possível, (Couto, 1989, 220 - 221) que se impõe, como contributo para alcançar os objectivos políticos definidos para uma região ou país, em que, para ganhar a guerra, é preciso criar uma nova situação de paz com condições para que uma nova estrutura do poder, tome posse e tenha capacidade para restabelecer a normalidade política, económica e social do país.

“Os conflitos de novo tipo, quando o forte enfrenta o fraco ou o louco, são mais fáceis de começar do que terminar. E o emprego ainda que massivo de pesados meios militares não possibilita forçosamente atingir os objectivos propostos. Basta recordar as derrotas americanas no Vietname em 1975 ou na Somália em 1994” (Ramonet, 2002, 51).

É na assunção deste compromisso político que as Forças Armadas ao serviço de Organizações Internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) ou em coligações, se vêem envolvidas em Operações de Combate (média e baixa intensidade), Operações de Apoio à Paz e Apoio Humanitário, aproximando-se do ambiente operacional descrito pelo conceito “The Three Block War”.

Os requisitos necessários para actuar neste ambiente são, no essencial os mesmos que se aplicam nas operações de guerra contra-subversiva (Charters, 2005,2), e que as Forças Armadas Portuguesas aplicaram no ex-Ultramar. De facto, enquanto as acções militares desencadeadas naquele ambiente visavam, para além de provocar baixas no inimigo, circunscrevê-lo e isolá-lo em áreas cada vez mais restritas, proteger as povoações e pontos sensíveis, outras operações não-militares eram desencadeadas, tendo em vista, conhecer e

¹³ Tática: “Ciência/arte de utilizar, da melhor forma, os meios militares...”.

¹⁴ Ibid. P. 220. Estratégia: “Estabelece conceitos de acção, concebe doutrinas de preparação e de conduta de acção e indica á Política os tipos de meios e processos mais adequados...”.

apoiar as populações e autoridades administrativas no esforço de consolidação e reconstrução de infra-estruturas e serviços essenciais a um regresso à normalidade social e política. (Couto, 1989, 368-371) Do mesmo modo, as Forças militares, tal como hoje, estavam articuladas em forças de quadrícula e forças de intervenção.

No entanto, o actual ambiente operacional, tal como descrito pelo conceito “The Three Block War”, apresenta, para além das especificidades da guerra contra-subversiva atrás descrita, algumas diferenças: (1) É essencialmente urbano (Santos, 2001,45); (2) É multinacional, na medida em que nele podem actuar, em simultâneo, forças militares de vários países (RC Operações, 2005, Cap. XIV, 14-2); (3) Apresenta níveis superiores de violência (Telo, 2002, 227); (4) Recebe a influência da constante presença e actuação dos Órgãos de Comunicação Social (RC Operações, 2005, Cap. II, p. 2-1); (5) Está exposto a alterações mais frequentes de diferentes tipos de ameaça (RC Operações, 2005, Cap. I, p. 1-6 - 1-9); (6) Requer, por força do desenvolvimento tecnológico disponível, e fluidez das acções, um maior grau de especialização dos militares; (7) Integra a presença e actuação de Organizações Não Governamentais (ONG) (RC Operações, 2005, Cap. II, p. 2-1);

Este é realmente o ambiente operacional em que actuam as Forças Armadas dos EUA e da União Europeia, nomeadamente Portugal, em diferentes teatros de operações como, o Iraque a Bósnia e o Kosovo. Relativamente à real situação vivida pelo Exército dos EUA no Iraque, vários analistas (Hayden, 2005, 2) apresentam de maneira diferente as operações que devem ser consideradas no cenário “The Three Block War”: combates de media intensidade (1º Bloco); operações de contra-guerrilha ou segurança (2º Bloco); operações de reconstrução, humanitárias e estabilidade (3º Bloco).

Tal classificação vai ao encontro da nova doutrina americana quando, para operações conjuntas no exterior do país, apresenta o novo espectro de Operações: Ofensivas, Defensivas e, Estabilidade e Reconstrução (FM, 2005, 3-26).

Para vencer nestes conflitos assimétricos é preciso, além da formação e preparação específica da força militar, dotá-la de uma elevada componente tecnológica. Neste sentido, o conflito do Iraque tem permitido dotar algumas das unidades do Exército e Corpo de Marines dos EUA com um conjunto de equipamentos como: armas ópticas, rádios miniaturas (PRR- *Personal Role Rádio*), *hand held unmanned aerial vehicles* (UAV portáteis), sistemas de comando e controlo, que permitem uma quase integral ligação e coordenação entre os elementos de uma mesma unidade, bem como obter e disseminar em tempo real para a rede, as informações visionadas no campo de batalha. (Szepesy, 2005, 31)

Este é pois um caso de aplicação do “Network Centric Warfare” (NCW), conceito que gradualmente tem vindo a ser desenvolvido e experimentado, o qual se caracteriza por processos decisórios, assentes em partilha de informação, entre decisores (nível estratégico, operacional e tático), interceptores (sistemas de armas) e, sensores de variada natureza (humanos, electrónicos). Tem como finalidade permitir uma maior precisão e rapidez no processo de decisão, ganhar a iniciativa, conhecer a situação operacional e aumentar a segurança e protecção da força empenhada. (Rodrigues, 2004, 75-77), (Ramalho, 2005, 23)

1.3. Incidências na força militar

Esta complexidade das missões, as novas tecnologias e os novos actores do ambiente operacional, forçosamente se traduzem em necessárias adaptações na organização das forças, na formação e competências dos militares, tal como se procura explicitar de seguida.

Conforme referido anteriormente, o emprego dos meios militares tem sofrido alterações desde 1991. As Forças militares em vez de se prepararem exclusivamente para conflitos armados, têm vindo também a receber formação e a serem encaminhadas para as operações de apoio à paz, assistência humanitária e outras operações de gestão de crises.

Sendo as populações o alvo destas missões, as quais se encontram na sua maioria concentradas nas zonas urbanas, as forças militares são como que “conduzidas” a levar a cabo as suas acções naquele ambiente. Estas operações, com objectivos, ameaças e requisitos operacionais diversos, que por si só, requerem da força militar um planeamento já complexo,¹⁵ podem, perante a ameaça de serem empenhados em acções de combate de média intensidade, exigir maiores cuidados não só no seu planeamento, mas também na preparação da Força e adequação de meios.

“Se numa situação de combate há inimigo e conflito, numa operação de apoio á paz enfrenta-se uma situação de conflito sem inimigo e, numa operação de assistência humanitária não existe nem inimigo nem conflito. No entanto, as duas últimas podem alterar-se e agravar-se bastando para tal o ressurgimento em qualquer momento de um outro inimigo – o terrorismo” (Leandro, 2005, 240).

O conceito, “The Three Block War”, ao considerar que as Operações de Apoio à Paz (OAP) e outras Operações de Resposta a Crises teriam lugar essencialmente em áreas urbanas, não veio mais do que perspectivar as alterações organizacionais e de formação específica, que têm vindo a ser aplicadas nas forças militares, essencialmente nos países pertencentes à OTAN, que desde 1991 têm estado empenhadas nestas novas missões e neste diferente ambiente operacional. Na verdade, para responder às exigências do novo contexto

¹⁵ ME-20-76-04, Operações de Apoio à Paz, P. 6-1

operacional, tem-se vindo a actuar, fundamentalmente, sobre a organização das forças, sobre a formação e sobre as competências técnicas e de liderança dos militares.

1.3.1. Organização das Forças

Não só por força das especificidades do ambiente operacional atrás caracterizado, mas também pela necessidade de fácil projecção e sustentação, que, especialmente os países OTAN, (Talambas, 2004, 20) têm vindo a transformar os seus Exércitos em forças mais flexíveis, ligeiras e modulares.

Para além desses imperativos, o ambiente operacional atrás descrito, que se apresenta com grande fluidez entre situações de paz, crise e guerra, requer também no terreno, forças mais ligeiras e flexíveis para fazer face a alterações da situação envolvente, com meios de transporte ligeiros, com alguma capacidade autónoma em termos de combate, fogo, protecção, conforme os requisitos operacionais para actuação em ambiente urbano (FM 1, 2005, 4-10). Devem essas forças, ser possuidoras de bons sistemas de comando e controlo e novas tecnologias para disseminação, de forma precisa e em tempo real de informação relevante, factor chave para o sucesso deste tipo de operações em ambiente assimétrico, dada a fluidez do inimigo e a sua forma de actuação.

Será com base na observância dos princípios das Operações de Resposta a Crises (CRO), embora não possuidores de valor absoluto, das características da própria zona de acção e com o objectivo de atingir o estado final desejado (RC Operações, 2005, 14-2) que estas operações serão executadas e planeadas. Particularmente importante é o planeamento para fazer face às imprevistas alternâncias do tipo de operações que podem variar entre actividades de apoio à paz ou humanitárias, em acções de combate de média intensidade (AJP-3.4, 1st study draft, 2-5). Adequar os meios, organizar a força, fazer os estudos de situação, contactar as ONG ou autoridades locais, são alguns dos factores de planeamento que devem ser acautelados.

1.3.2. Formação e treino

Pela dificuldade de actuação em ambiente operacional urbano, e pela elevada probabilidade de os futuros conflitos ali ocorrerem, é essencial continuar a dar prioridade à formação no combate em áreas edificadas. No âmbito da formação específica, torna-se relevante (Szepesy, 2005, 53-60): (1) Conhecer e aplicar os procedimentos operacionais de transição de uma situação de baixa intensidade, para uma situação de alta intensidade; (2) A atitude e diálogo com os órgãos de comunicação e, a percepção da sua influência perante a

opinião pública e para o decurso do próprio conflito; (3) O conhecimento e respeito dos aspectos culturais, sociais, étnicos e religiosos das populações da região; (4) Saber quais as rivalidades, descontentamentos, anseios e sentimentos que se podem explorar a nosso favor. (um procedimento incorrecto, uma acção violenta desnecessária, se captada por um OCS pode comprometer ou dificultar outros objectivos estratégicos ou políticos). (5) Saber identificar e disseminar para o escalão superior a informação pertinente que vai obtendo no terreno;

1.3.3. Liderança

Porque as forças podem actuar isoladas, os comandantes de unidades de baixo escalão (secção e pelotão) além de possuírem grande capacidade de decisão e comando sobre os seus homens (Szepesy, 2005,10) devem ter perfeito conhecimento da missão, dos objectivos, contexto em que se integra o seu cumprimento, imparcialidade, bem como os limites para o emprego da força impostos nas Regras de Empenhamento, ROE (*Rules of Engagement*) e Estatuto da Força, SOFA (*Status of Force Agreement*).

No seu conceito “The Three Block War”, Krulak (1999, 7) designa estes militares, cujas decisões podem ter um impacto estratégico no contexto da missão do escalão superior, como “The Strategic Corporal”.¹⁶ Militares que se constituem como elementos fundamentais não só pela sua capacidade de combate, mas também pela sua capacidade de lidar com as múltiplas situações relacionadas com a pesquisa e difusão de informações, com o saber antecipar-se aos problemas, com a capacidade de adaptação e flexibilidade para saber reagir favoravelmente às diferentes situações de combate ou tensão. Tal como refere Enamorado (2002, 31) “ *a guerra em rede requer que não se limite o conflito aos seus aspectos puramente militares, mas compreender a transcendência das outras dimensões, a importância dos aspectos sociais, económicos, políticos e de opinião pública*”.

1.4. Capacidades emergentes

É na observância dos requisitos, atrás referidos, para a organização e actuação da força, das características do ambiente operacional e do grau de ameaças, que se permite deduzir, de seguida, um conjunto de capacidades (significando aqui aquilo que as forças necessitam) essenciais para o seu sucesso neste tipo de conflitos

¹⁶ Designação dada a estes militares de baixo escalão de comando (Corporal - não significando aqui o posto de Cabo), que podem deter em determinado momento da operação militar, tal responsabilidade. General Charles Krulak - “*The Strategic Corporal: Leadership in the Three Block War*”. www.au.af.mil/au/awc/awcgate/usmc

Conforme refere o General Espírito Santo, (1998, 7) “ (...) *a força terrestre do futuro tem de ser encontrada em concepção de emprego, em organização, em armamento e equipamento que permitam, sem grandes alterações, estar pronta a desenvolver operações em cada um dos cenários previsíveis da sua actuação. Face a esses cenários a força terrestre deve ser concebida, organizada, armada e equipada, aprontada e sustentada para desenvolver operações terrestres simétricas (...) e operações assimétricas para fazer face a conflitos variados onde as armas possam estar presentes (...)*”.

Prosseguindo na análise do conceito “The Three Block War”, julga-se que o empenhamento de forças militares terrestres naquele ambiente, requereria as mesmas capacidades, que actualmente se exigem às forças militares terrestres, destacadas para os presentes TO¹⁷ de guerra assimétrica, que tem lugar em espaços geográficos tendencialmente mais longínquos, das quais se elegem como principais: (1) **Projectção**: o grande desafio coloca-se, logo à partida, com a necessidade de projectar a Força militar, requisito esse que poderá ser garantido por vários processos. Através de recursos nacionais, ou não, mas que, terá como imperativo a necessária rapidez na colocação da Força no Teatro de Operações (RC Operações 2005, I, 1-9); (2) **Sustentação**: igualmente a montante, isto é, ao nível superior (capacidade das Forças Armadas), deverá existir a garantia da capacidade de sustentação dessa força a deslocar pois a intervenção militar poderá não ser apoiada pela nação hospedeira; (3) **Protecção**: unidades ligeiras com capacidade de protecção acrescida, pela presença constante da ameaça de ataques terroristas, e onde o combatente desempenhando papel essencial, possui fardamento e equipamento individual protector (Nuclear Bacteriológico e Químico - NBQ e tiro directo) e armamento cada vez mais letal; (4) **Flexibilidade e modularização**: decorrente da fluidez da ameaça, a força militar deve possuir uma organização flexível e modular, que permita responder a diferentes solicitações desde o apoio de fogos, aquisição de objectivos, demonstração de força ou evacuações sanitárias; (5) **Comando e controlo**: a natural fluidez das missões e das ameaças determina uma capacidade de comando, controlo, comunicações e informações, que garanta as necessárias medidas de coordenação e controlo da acção de comando e possibilite uma superioridade na informação;

¹⁷ Teatro de Operações (TO) é a parte do Teatro de guerra (TG) necessário à condução ou apoio das operações de combate (RC Operações, Set05, Parte III, Cap. 1, p 1-7).

1.5. Síntese conclusiva

Da apresentação do conceito “The Three Block War”, das suas principais características e das acções previstas para uma actuação no seu ambiente operacional, foram deduzidas que incidências são exercidas na força militar, em termos de organização, formação e liderança.

Assim, colocou-se ênfase:

Relativamente à organização da força, esta será naturalmente influenciada pelas características predominantes da área de actuação, meio urbano, e missões. No geral requer uma estrutura ligeira e flexível, mas possuidora de alguma capacidade de apoio de combate, protecção, apoio de fogos e comando e controlo. Pela modularização de várias valências adicionais (mobilidade táctica, poder de fogo, apoio de serviços), provenientes do escalão superior, outras capacidades serão garantidas para actuações de acordo com as missões.

Relativamente à formação e liderança, (1) no desenvolvimento das capacidades de decisão e liderança nos quadros de baixo escalão (*strategic corporal*), dado que o sucesso ou insucesso de uma operação, passará a estar, cada vez mais, na capacidade de os comandantes de baixos escalões, tomarem as decisões correctas no momento certo; (2) no saber actuar e combater, individual e colectivamente, em ambiente urbano; (3) no conhecimento e respeito profundo das realidades étnicas, religiosas e culturais das populações envolvidas ao conflito; (4) no relacionamento com os OCS, de modo a minimizar a pressão que tal presença exerce; (5) no conhecimento do enquadramento político, económico e social do conflito; (6) na capacidade de utilizar e disseminar com propriedade a informação relevante.

CAPÍTULO II

NOVA TIPOLOGIA DE MISSÕES DAS FORÇAS ARMADAS

2.1. Cenários de actuação

No capítulo anterior foram descritas as características do cenário “The Three Block War”, onde, em ambiente essencialmente urbano e multinacional, a actuação das Forças militares, contra um inimigo que recorre ao combate assimétrico, é ainda influenciada pela presença de ONG, OCS e população. É sob esta complexidade, que o aparelho militar tem vindo a ser empregue em novas missões que apresentam parâmetros distintos das “tradicionais” missões.

É perante cenários de guerra ou crise, resultantes de conflitos associados a nacionalismos e, lutas étnicas ou radicalismos, que as forças militares de diferentes países, integrando, ou

não, missões da ONU, OTAN ou coligações, se continuam a preparar e a envolver de modo relevante nas designadas CRO, nas operações de apoio à paz (OAP) e humanitárias. Para além de estarem orientadas para a sua função primária – a defesa militar da Nação – as FA, passam a desenvolver este conjunto de novas missões de âmbito “não artigo 5º”, considerando-se pois de baixa probabilidade que ocorressem ameaças ou cenários que obrigassem às operações no âmbito da defesa colectiva (Artº 5º).

Contudo, com o 11 de Setembro, para fazer face à ameaça do terrorismo internacional, foi invocado o Artº 5º do Tratado de Washington, por ter sido reconhecido que aquele ataque contra os EUA, constituía um ataque a todos os Estados membros da OTAN (Boniface, 2002, 56). É neste quadro que eventuais missões Artº 5º, readquirem acrescida importância, sendo um cenário de actuação que não pode ser descurado.

É neste quadro estratégico de fronteiras geográficas esbatidas, que, para fazer face a acções terroristas no interior dos Estados, contribuindo para o reforço da sua estabilidade interna, se repensa em vários países o papel das FA para, em colaboração com Forças de Segurança, articular medidas no sentido de se prevenir e combater, caso se materializem, acções terroristas (CEDN, 2003, 286).

A este quadro já de si muito exigente em termos de diversidade de missões, veio adicionar-se um outro. A certeza, fruto da experiência dos mais recentes conflitos (Afeganistão, Ruanda, Burundi, Kosovo, Iraque), de que as crises acabam sempre por reflectir-se numa espiral de crispações (sociais, políticas, etc.), normalmente alimentada por quem delas beneficia (os Estados párias¹⁸ e os poderes erráticos¹⁹ na forma de terrorismo internacional) (Moreira, 2002, 374), degenerando em novas crises, locais ou regionais. Neste contexto, impõe-se que sejam criadas condições de retoma de estabilidade social e governativa nesses Estados em crise. É neste sentido que surge o conceito “Effectes-Based Approach Operations” (EBAO) a aplicar ao planeamento e execução de futuras operações militares.²⁰

2.2. Tipologia de missões

No actual quadro estratégico os países estão conscientes de que não conseguem, isoladamente, garantir a sua própria segurança ou até que esta não pode ser vista

¹⁸ Apêndice E - Glossário de conceitos

¹⁹ Idem, ibidem.

²⁰ *Concepts for Alliance Future Joint Operations* (CAFJO) Final Draft - 25Aug05 of SACT/NATO, P. 4-10.

separadamente da promoção da paz e estabilidade no mundo. Neste contexto, as Forças Armadas, têm sido chamadas ao cumprimento, das CRO – Não Art.º 5, que tem como objectivos gerais: contribuir para a prevenção de conflitos e gestão de crises (RC Operações, 2005, 14-2). É neste tipo de operações (CRO) que se incluem as Operações de Apoio à Paz (OAP) e Outras Operações e Tarefas de Resposta a Crises (RC Operações, 2005, 2-12).

No conceito “The Three Block War” apenas surgem como “novas missões”, as operações de apoio à paz e as operações humanitárias, aparecendo as operações de combate como realidade indissociável e necessária neste tipo de conflito, mas muitas vezes, mais para criar condições de segurança para que as outras duas medidas (operações de apoio à paz e acções humanitárias) possam ser implementadas, do que para derrotar o inimigo (Charters, 2005,1).

Pese embora não considerado explicitamente neste conceito, a ameaça do terrorismo está também presente nestas situações. Pelo seu ressurgimento como nova ameaça global, terrorismo internacional, e porque as FA foram já chamadas a desenvolver doutrinas e acções para o prevenir e combater, quer no plano internacional quer no plano interno, também sobre ele serão explanadas algumas considerações pertinentes para a sequência do trabalho.

2.2.1. Operações de Combate

Uma das muitas consequências que o novo quadro político-estratégico trouxe para as FA, foi o surgimento de uma dupla necessidade de darem uma resposta profissional e, por vezes em simultâneo, a dois tipos de operações militares: guerra e não guerra.

No ambiente operacional “The Three Block War” as operações de combate (*highly letal mid intensity battle*) (Krulak, 1997, 3) constituem um dos tipos de operações que o seu autor previu.

Conforme foi referido no capítulo I, p. 7, os requisitos para actuar neste tipo de ambiente “Three Block War” são semelhantes aos usados na guerra contra-subversiva. No entanto, importa que o uso da força seja o adequado e proporcionado aos objectivos a atingir, no sentido de não comprometer o sucesso estratégico e político da missão global. São as seguintes, as acções de combate que podem acontecer: (1) Acções de protecção e defesa de bases, instalações logísticas, diplomáticas, ou pontos sensíveis; (2) Reacções a ataques, desencadeados por grupos hostis contra uma Força militar, que no terreno executa actividades de apoio a paz ou acções humanitárias; (3) Operação ofensiva, planeada, para reconquista e reocupação de áreas que tenham caído sobre o controlo de grupos inimigos; (4) Operação ofensiva, planeada, contra uma das partes oponentes, no âmbito de uma

operação de imposição da paz, depois de, através de uma demonstração de força, não se ter conseguido dissuadir que esse oponente cessasse as hostilidades (RC Operações, 2005 III, 14-9); (5) Operação ofensiva, planeada, contra uma base (“santuário”) de uma Força adversária no sentido de impedir a utilização daquele espaço, bem como neutralizar ou afectar significativamente a sua capacidade operacional (Santos, 2003, 225).

2.2.2. Operações de Apoio à Paz

De acordo com o RC Operações (2005, 14-6) são operações realizadas com o intuito de criar um ambiente seguro e em que as agências civis possam reedificar as estruturas necessárias para assegurar uma paz sustentada, não reconhecendo os intervenientes directos no conflito como inimigos a derrotar ou destruir, mas como partes interessadas na procura da paz. O mesmo Regulamento refere (14-4) que se podem distinguir no seio das operações de apoio à paz, as seguintes modalidades: manutenção da paz, imposição da paz, prevenção de conflitos, restabelecimento da paz, consolidação da paz, operações humanitárias. Todas as modalidades de operações de apoio à paz, atrás nomeadas, têm factores individuais (tipo de conflito, objectivo) que as tornam diferentes mas não totalmente estanques, pois são mais os princípios comuns do que aqueles que as distinguem. No entanto, princípios há que, embora podendo não ser comuns a todo o tipo destas operações, são pelo menos factores que se deseja estejam presentes de início ou estabelecidos logo que possível. São eles: imparcialidade, consentimento e legitimidade.

Pela importância destas operações no contexto das actividades que actualmente as FA hoje desenvolvem, releva-se no Apêndice – B alguns factores que lhes são característicos e influenciam a organização das forças e a formação dos seus militares.

Estas são acções que poderão contribuir para a imagem e símbolo dos esforços das forças militares para a estabilidade e apoio das populações e, ao mesmo tempo conquistar o seu apoio.

2.2.3. Operações Humanitárias

Destinam-se a aliviar o sofrimento humano das populações, em locais onde as autoridades responsáveis não têm capacidade ou não demonstram vontade de o fazer (Leandro, 2005, 220). A intervenção da força militar limita-se a preceder ou acompanhar as tarefas humanitárias que as organizações especializadas realizam (RC Operações, 2005, 14-10). Quer como componente de uma operação de apoio à paz ou como operação autónoma, são respostas importantes a crises humanitárias, criadas por crises políticas ou conflitos

originados no seio de Estados ou entre Estados, destinadas a diminuir o sofrimento humano, em circunstâncias onde as autoridades nacionais ou locais não tem capacidade para o efeito ou, por razões culturais ou políticas não o fazem simplesmente.

É neste espaço que se inserem as operações humanitárias referidas no conceito “The Three Block War”: “ (...) *Will be feeding and clothing displaced refugees – providing humanitarian assistance (...)*” (Krulak, 1997, 3).

Conforme é referido no RC Operações (2005, 14-10), as operações humanitárias, são operações que requerem da parte da força militar uma postura benigna, excepto no que respeita às medidas de protecção da força.

2.2.4. Combate ao terrorismo

Também a estratégia de combate ao terrorismo sofreu uma mudança após o 11 de Setembro. Pese embora as estratégias dos EUA e Europa sejam diferentes na “guerra ou luta contra o terrorismo”, designadamente na pressão coerciva sobre os “Estados Párias” (denominação dada pelos EUA) ou estados “falhados” (denominação dada pela UE), todos reconhecem que conjuntamente com as acções militares, outras actividades diplomáticas, económicas, sociais, policiais e financeiras devem continuar a ser desenvolvidas, como resposta ao terrorismo (Gonzalez-Aller, 2005, 75). Igualmente reconhecem a necessidade de através de grande cooperação na actividade de “intelligence” poderem controlar, dificultar e impedir o desenvolvimento de acções por parte de organizações terroristas, como a Al-Qaeda, sem estatuto de Estado e território.

Para fazer face a esta ameaça do terrorismo, importa que os Estados possuam um conjunto de capacidades que lhes permitam preveni-lo e combater-lo, capacidades essas que Santos refere (2003, 225) serem:” (...) *a participação das Forças Armadas nas acções de prevenção; a atenção que deve ser conferida às possibilidades defensivas, relativamente ao território e às populações nacionais; e a capacidade de dissuasão punitiva e do exercício da punição, a longas distâncias, e o reforço, também para este tipo de ameaças da capacidade de dissuasão defensiva para armas de destruição maciça, conhecida como o sistema de defesa antimissil (...)*”. Havendo lugar a operações militares, elas serão certamente do tipo assimétrico, em áreas de operações distantes (requerendo uma capacidade de projecção e sustentação) e, caracterizadamente urbanas (cidades são a localização normal dos santuários). Numa segunda fase do conflito, para além de operações de sustentação, ou enquadrantes tal como as refere Santos (2003, 227), poderão ocorrer

outras acções do tipo CRO, criando-se assim um cenário idêntico ao descrito no conceito “The Three Block War”.

2.3. O caso de Portugal

As alterações de ordem político-estratégica, surgidas com o colapso da União Soviética (1991), levaram os Estados e as Organizações Internacionais de segurança a rever as suas legislações enquadrantes no sentido de tomarem posturas estratégicas consonantes com o novo quadro internacional.

Portugal, pela sua posição geo-estratégica, país fronteira na linha de articulação do Atlântico Norte com o Atlântico Sul e com o Mediterrâneo não podia deixar de acompanhar essas posturas. Assim, a partir do início de 1992, passou a dispor de legislação, de âmbito da Estratégia Estruturante (Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas - LOBOFA, Lei 111/91 de 29 Agosto) e das Estratégias Global e Operacional, como o Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) e o Conceito Estratégico Militar (CEM), respectivamente de 1994 e 1995, redimensionados para essa conjuntura internacional e que previam que as FA podem satisfazer, no âmbito militar, os compromissos internacionais assumidos e, a necessidade de afirmar a presença internacional de Portugal, através de uma participação activa em organizações internacionais com intervenção ao nível da segurança global como a ONU e OSCE e regional como a OTAN e a UE.

Passaram assim as FA Portuguesas a conciliar as menores necessidades de defesa do território com a participação em novas missões internacionais, nomeadamente em CRO, onde se incluem as OAP. São actividades novas, que se traduzem em desafios para a Instituição Militar, com novas aprendizagens junto de militares de outros países, com o exercício prático de acções de planeamento, com a obtenção de novas capacidades doutrinárias, logísticas e de formação de pessoal, mas também evidenciando a dimensão humanitária da sua actividade, da Organização e dos seus homens (Ramos, 1991,122).

Internacionalmente, o envolvimento de Portugal, através do seu aparelho militar, na defesa de interesses colectivos e também nacionais, permite a obtenção de prestígio e relevo para o país nas suas relações internacionais e junto dos Órgãos de decisão, para além de potenciar a nossa imagem e possibilidades de cooperação futura com os países onde cumprem missões.

Inicia-se assim na década de 90, embora com muitas dificuldades, derivadas de se viver na altura uma reestruturação das FA, a participação militar em operações no exterior, no âmbito das chamadas “novas missões” em apoio da política externa do Estado e satisfação dos compromissos internacionais assumidos.

O novo CEDN²¹ aponta para que as Forças Armadas Portuguesas, devam estar preparadas para cumprir as seguintes missões genéricas: (1) garantir a “*defesa militar do país*”; (2) garantir a “*concretização dos objectivos do Estado e a satisfação dos compromissos internacionais actuando como instrumento da política externa do Estado*”; (3) garantir a “*realização de missões de interesse público, sem prejuízo das missões de natureza intrinsecamente militar*”; (4) garantir a “*consciencialização permanente entre os cidadãos dos valores e problemas de segurança e defesa, nos seus âmbitos conceptual, estratégico, operacional e tática*”.

Para além destas missões, as Missões Específicas das Forças Armadas (MIFA)²², particulariza para as FA, no seu conjunto, missões nas áreas de “Prevenção e combate às novas ameaças” e “Emprego em estados de excepção”, que decorrem das orientações do CEM.²³

É extensa a lista de Missões que as FA nacionais prepararam e executaram no âmbito das operações de apoio à paz e humanitárias. Lembra-se, pela sua expressão mais significativa, ONUMOZ (Abr93 a Dez94), UNAVEM/MONUA (Abr95 a Fev99), IFOR/SFOR (desde Dez95), “Operação Falcão” na RGB (em 1998), UNTAED (Out99 a Dez01), KFOR (desde Jun99), ISAF (desde Mai04)²⁴

Também no âmbito da prevenção e combate ao terrorismo internacional, as FA têm vindo a participar nas actividades que a OTAN vem conduzindo, nomeadamente com o empenhamento de meios navais na STNAVFORLANT – Força Naval Permanente do Atlântico, e no Afeganistão com meios aéreos (C -130). Igualmente no plano interno, durante a realização do EURO 2004, as FA colaboraram em acções anti-terrorismo, disponibilizando efectivos e capacidades com a finalidade de prevenir a ocorrência de actos terroristas durante a realização do evento (Brito, 2005,8).

É perante a existência de tão diferentes ambientes operacionais, onde os objectivos políticos e militares, a ameaça e a área de operações são determinantes, que se deduz da necessidade de as FA Portuguesas, nomeadamente o Exército, possuírem uma capacidade de disponibilização de forças mais ligeiras, flexíveis e modulares para fácil separação dos seus elementos componentes de acordo com as necessidades e capacidades de projecção existentes, conforme refere o CEDN (2003, 286). Arrastando essa disponibilidade, muitas

²¹ Aprovado por Resolução do Conselho de Ministros nº 6/2003 de 20 de Janeiro.

²² Definidas em CSDN (Conselho Superior de Defesa Nacional) em 21 de Outubro de 2004.

²³ Aprovado pelo Ministro de Estado e de Defesa Nacional em 22 de Dezembro de 2003, e confirmado pelo Conselho Superior de Defesa Nacional em 15 de Janeiro de 2004.

²⁴ Apêndice – C: Operações de Resposta a Crises (CRO) das FA Portuguesas.

vezes, a responsabilidade de deslocar e posicionar as forças no Teatro de Operações (TO), torna-se necessário as FA possuírem capacidade adequada de transporte estratégico, essencialmente aéreo, mas também naval, de que é exemplo o caso da evacuação de refugiados da RGB, para evitar uma dependência total de meios civis, muitas vezes estrangeiros.

Igualmente se sabe que a participação nestas “novas missões” se faz integrando Forças ou Comandos multinacionais, o que exige o conhecimento e a prática de procedimentos conjuntos, bem como equipamento de comando e controlo moderno, que permita a interoperabilidade entre Forças e Comando

2.4. Síntese conclusiva

Um das mais “novas” do que outras, as missões “não tradicionais” das FA vêm assumindo um carácter de crescente complexidade. Não só porque as novas ameaças se apresentam como imprevisíveis e com objectivos diferentes, não só porque as missões podem alternar entre acções de combate e humanitárias, mas também porque outros actores ou factos surgiram ou se alteraram.

Refere-se o que precede, à necessária interacção com as ONG, e com os “media”, às novas relações com a sociedade, mais atenta e mais exigente quanto ao cumprimento dos direitos Humanos, e ao avanço dos armamentos, equipamentos e tecnologia de informação.

Igualmente esta nova tipologia de missões apresenta objectivos militares diferentes das operações clássicas, em que mais do que destruir o adversário é preciso criar condições para conquistar a paz, para dar ocasião às sociedades para viverem.

Face a esta nova lógica de conflitualidade, os Estados e Organizações internacionais tem vindo a intensificar a utilização das forças militares neste tipo de missões, cujo empenhamento aumenta a visibilidade do país no plano internacional e o seu poder negocial nos centros de decisão. Para as FA, a execução destas acções potenciam a sua imagem de utilidade na defesa de interesses nacionais e para a segurança internacional.

O desafio traduz-se na criação de doutrinas de planeamento e procedimentos comuns no sentido de facilitar a actuação de forças conjuntas e combinadas quando necessário. Traduz-se ainda, como dizia o Almirante Cebrowski:” *a coisa mais importante no campo de batalha é a informação e o seu processamento. É isso que a elite militar dos nossos dias faz*” (Telo, 2002, 230)

No que à componente humana diz respeito, importa considerar que face aos menores recursos disponíveis e à crescente amplitude do espectro de missões se deverá recorrer à

polivalência da especialização e a uma elevada profissionalização, bem como orientar a formação e preparação dos militares para parâmetros de excelência na liderança, mais persuasiva do que autoritária, na competência, nos conhecimentos tecnológicos e, na capacidade de adaptação e respeito por outras culturas, costumes e religiões (Enamorado, 2002,31-32).

Neste tipo de conflito, onde a tradicional superioridade militar, pode não significar automaticamente uma vitória ou o parar dos ataques assimétricos, é importante saber aproveitar as capacidades de outros actores civis, ou estruturas locais e governamentais (CIMIC), e de organizações ou agências humanitárias que actuam no TO (CAFJO, 2005, 3).

Do mesmo modo que é importante uma nova organização, formação e preparação para estas missões, importa considerar que embora não seja muito provável o empenhamento de Forças militares em operações do Artº 5º, as FA não devem descurar a manutenção das suas capacidades para operações neste âmbito, que, se não treinadas e actualizadas, se diminuem gradualmente ou perdem, caso passem a estar intensivamente empenhadas nas “novas missões”.

As Forças Armadas Portuguesas não se poderão dar ao “luxo” de, face ao reduzido efectivo, ponderar a dedicação exclusiva de alguns dos seus soldados às “novas missões”, pelo que importa ter os nossos militares preparados para o pior cenário (operações de combate de alta intensidade), uma vez que as operações de apoio à paz podem em qualquer momento degenerar em operações de combate. Era certamente esse o pensamento e, o sentido das palavras de Dag Hammarskjold ²⁵quando proferiu: “*As operações de manutenção de paz não são um trabalho para soldados, mas somente estes o podem realizar com sucesso*”.

CAPÍTULO III

ORGANIZAÇÃO E APRONTAMENTO DAS FORÇAS

3.1. Organização da Força Militar

3.1.1. Generalidades

Os cenários de actuação das FA e as novas missões que lhes podem ser atribuídas, anteriormente analisadas, estão correlacionados com os modelos de organização a adoptar e as necessidades de aprontamento (formação e preparação específicas) das forças para

²⁵ Dag Hammarskjold – Secretário-geral da ONU entre 1953 e 1961

actuação naqueles meios e cumprimento das missões. De facto, este novo quadro mais complexo, de intervenção da força militar em CRO e, uma necessidade de actuação conjunta e combinada, tem vindo a exigir, forçosamente, o adicionar de novas capacidades militares, que tem reflexos ao nível da organização da força militar.

Nesse sentido, apresentam-se de seguida, as linhas de força preponderantes para a organização da força militar, exclusivamente para a componente terrestre, para empenhamento em TO com ambiente próximo do existente no conceito em análise.

3.1.2. Parâmetros na organização das forças

Antes de uma análise sobre a organização e preparação de forças militares disponibilizadas pelas FA portuguesas, para fazer face às novas doutrinas de emprego da força militar no espectro de operações previstas no conceito “The Three Block War”, importa resumir as tendências, condicionalismos e enquadramentos que de um modo geral, internacionalmente se vão definindo, fruto da influência e experiências das principais Forças Armadas ocidentais, nomeadamente dos EUA e Organizações de Segurança e Defesa, como a OTAN, para a estruturação de forças militares (essencialmente a componente terrestre): (1) A crescente participação da força militar em Unidades multinacionais constituídas no quadro das “novas missões”, originou que os Estados tivessem vindo a adequar as suas Forças Armadas,” (...) *em favor de alternativas que potenciem a capacidade de projectar forças e a mobilidade estratégica e tática (...)*” (CEM, 2003, 6), isto é, para estruturas mais aligeiradas, com capacidade de resposta operacional mais rápida, flexível e com possibilidade de realização de operações conjuntas e combinadas. Surge assim ao nível OTAN o conceito, Combined Joint Task Forces – CJTF (Talambas, 2004,22-30); (2) Igualmente os avanços tecnológicos significativos, nomeadamente no campo da informação, a redução de efectivos disponíveis e, uma tendência para a diminuição nos encargos com a Defesa,²⁶ são factores que provocaram impactos na organização das Forças Armadas, privilegiando a procura de soluções de modularização, interoperabilidade e capacidade administrativo-logístico altamente eficaz, ligeira e com excelentes rácio de custo/eficácia; (3) Outro condicionalismo a modelos de estrutura que se possa optar, relaciona-se com o facto de, ao se estar integrado em Organizações de Segurança e Defesa, que privilegiem sistemas de forças com estruturas e organizações móveis, com a procura de crescente capacidade de projecção de forças, de interoperabilidade, de auto protecção e sustentação,

²⁶ Excepção para os EUA, Rússia e China – “A Guerra e a Paz nos Nossos Dias”, JANUS 2005, P. 136.

somos “obrigados” a seguir os “ventos” da transformação em curso nessas Alianças e parceiros (CEM, 2003, 7).

O Estado português deu o primeiro impulso ao actualizar os Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) e Conceito Estratégico Militar (CEM) que deverão encontrar desenvolvimentos em sede de estratégia genética e estrutural.

Também a OTAN deu já passos significativos, levando as Forças Armadas dos países membros a adaptar-se, com a implementação do conceito e força – NRF (NATO RESPONSE FORCE). Esta é a primeira unidade da OTAN que combina as componentes terrestres, aérea, marítima, operações especiais e operações psicológicas sob um único comando. É uma força tecnicamente muito avançada, flexível, interoperável e com capacidade de auto-sustentação por um período de um mês. É uma força, cuja composição será adaptada às necessidades específicas da missão e, capaz de ser projectada rapidamente para qualquer lugar do mundo.²⁷

Desde 1991, no âmbito das designadas “novas missões”, as FA estruturavam as suas forças destacadas em função dos factores do ambiente operacional existentes então. Contudo, a especificidade da “nova ameaça” – terrorismo internacional, que tem como área de operações “todo o mundo”, veio trazer, para além de acrescidos problemas na protecção da Força, que se podem reflectir em adaptações da estrutura, abrir mais uma frente de luta e certamente fazer repensar todo o planeamento de forças, bem como a estrutura ideal da força militar para lhe fazer face. Esta necessidade, veio determinar por exemplo que vários países, nomeadamente Portugal, redefiniram o empenhamento das FA para, “*em colaboração com as Forças de Segurança, na ordem interna, prevenir e fazer face às ameaças terroristas*”.²⁸ Este é pois mais um factor condicionante, mesmo que tal não seja considerado como missão primária.

3.1.3. A transformação militar portuguesa

A maioria dos Estados membros da OTAN e da UE tem centrado as transformações das suas FA na preparação de capacidades que respondam rápida e eficazmente a situações de crise através de, principalmente: (1) Forças mais ligeiras e tendencialmente conjuntas; (2) Incremento de flexibilidade, com rápido redimensionamento de valências adequadas a novos cenários e missões e, para maior facilidade de projecção; (3) Interoperabilidade (procedimento, equipamentos, acções de planeamento, comando e controlo) com as forças

²⁷ MC 477, Military Concept for the NATO Response Force, 10April 2003.

²⁸ *Conceito Estratégico de Defesa Nacional – Missões e capacidades das Forças Armadas*

conjuntas e combinadas; (4) Auto protecção, associada à preocupação do terrorismo; (5) Mobilidade, assegurada pelo aligeiramento da força;

Em Portugal, com as alterações do quadro político-estratégico externo, ocorridas após 1994 (data do antigo CEDN) e com os acontecimentos do 11 de Setembro de 2001, era inevitável uma definição dos novos cenários de actuação do seu instrumento militar – enquanto instrumento de poder e, conseqüentemente, de relacionamento – quer no âmbito de uma colaboração com as Alianças, ou países amigos, quer no âmbito interno para uma adequada actualização das novas responsabilidades, face ao fenómeno terrorismo. Só depois de levantados os cenários de actuação das FA, se poderia caminhar para uma definição de capacidades militares e objectivos de forças, que são por sua vez os alicerces da metodologia para o Planeamento de Forças.

Mas a transformação militar a que hoje assistimos (Vaz, 2003, 119) não passa só por uma doutrina de emprego das forças militares assente em capacidades, mas também numa mudança na questão tecnológica, através dos necessários programas de reequipamento, sobretudo nos domínios das plataformas, das armas, das viaturas, dos sistemas C4ISR (Command, Control, Communications, Computers, Intelligence, Surveillance and Reconnaissance) e, numa mudança na questão organizacional, incidindo em princípios doutrinários de intervenção conjunta, com novas relações de comando e controlo, com adequada interoperabilidade nos procedimentos e acções, que reduzem o ciclo de planeamento e tomada de decisão. Mas, porque esta transformação militar em curso, no seu conjunto, está acima das capacidades nacionais, há que desenvolvê-la pelo menos em alguma das suas vertentes.

Os principais documentos, que actualmente em Portugal, orientam as Forças Armadas para as transformações, são o CEDN e o CEM, abrindo assim as perspectivas para que se passe à fase da sua concretização. Concretização essa iniciada pela elaboração do Sistema de Forças Nacional (SFN 04) da Componente Operacional e mais recentemente do mesmo documento para a Componente Fixa ou Territorial.

Assim, o **Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN)** depois de identificar as regiões de instabilidade, de sublinhar a tendência para o recurso ao instrumento militar, de relevar a necessidade de análise e antecipação de riscos e crises, depois de apontar a defesa das vidas e dos interesses dos portugueses espalhados pelo mundo, em qualquer momento e onde quer que se encontrem, no respeito pelo direito internacional, através dos meios políticos, diplomáticos e, se necessário, militares (lembrando talvez o caso da RGB em 1998), aponta para vários cenários possíveis: defesa militar do país, actuação no contexto da

OTAN/UE, cooperação de defesa com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e, missões de interesse público.

O CEDN, identifica para as FA Portuguesas uma organização flexível e modular, valorizando a interoperabilidade dos meios e crescentes capacidades “*de projecção e sustentação, protecção de forças e infra-estruturas, comando, controlo, comunicações e informações*”. Identifica as capacidades que as FA devem assegurar para o desempenho das suas missões, designadamente, “*capacidade de participação em missões de paz e humanitárias, nomeadamente no quadro das Nações Unidas, da Aliança Atlântica e da União Europeia.*”

Numa perspectiva de melhor interoperabilidade com forças de outros países e, melhor aplicação e transição dos anteriores programas da Lei de Programação Militar (LPM), coloca ênfase na necessidade de os programas que os Ramos venham a desenvolver para alcançar as suas capacidades, se faça em harmonização com os da OTAN e UE.

Assim, no essencial o CEDN lança-nos o desafio e “abre as portas”, caso haja também vontade política, para a concretização de uma estrutura militar que se coadune com as exigências de uma colaboração com as organizações de defesa e segurança em que nos inserimos, que responda a um empenhamento efectivo no âmbito da Segurança Cooperativa em que temos de participar e, contribua como factor de preservação da soberania nacional.

O **Conceito Estratégico Militar (CEM)**, define as grandes linhas para a reestruturação do instrumento militar, através do privilegiar de projectos que conduzam à interoperabilidade, à modularização, à projecção e à sustentação da força e, à mobilidade estratégica e tática, consagrando como prioritário e princípio básico, a acção conjunta de actuação das Forças Armadas, e integrando, quando possível, capacidades específicas dos Ramos de forma a melhorar o seu custo/eficácia e o produto operacional.

Regula a transformação da componente militar da defesa nacional, para um nível de ambição que, em limite, deverá garantir resposta flexível, sustentada em forças prontas e organizadas segundo módulos de capacidades, com génese não só nos meios nacionais, navais, terrestres ou aéreos ao dispor, mas também através da adopção de estruturas flexíveis, simplificação de procedimentos e, celeridade dos processos de decisão.

Neste sentido, o CEM orienta para um Planeamento de Forças e edificação do Sistema de Forças Nacional (SFN) onde se privilegie a racionalização dos meios, a sua adequação aos modernos requisitos de emprego operacional, a edificação de um sistema integrado de C4I para a componente operacional e componente territorial.

No âmbito das orientações para o Planeamento Operacional, o CEM orienta para a elaboração de Planos Operacionais e de Contingência onde, tomando em linha de conta a natureza dos objectivos e interesses que o Estado pretende atingir ou salvaguardar, se prevê as Forças Armadas possam vir a ser empregues na segurança e defesa dos cidadãos e território nacional; defesa colectiva (OTAN); apoio à soberania e responsabilidades nacionais; apoio à política externa (CRO, operações de Petersberg, operações de apoio à paz de âmbito ONU ou OSCE); missões de interesse público; cooperação militar (CPLP) e, na cooperação com as forças e serviços de segurança interna (combate ao terrorismo).

Circunscritos assim, pelo CEM, os princípios orientadores para a preparação e emprego das Forças Armadas, importa referir que todos eles colocam a tónica em requisitos fundamentais – organização modular, na interoperabilidade de meios e procedimentos, na actuação conjunta, na facilidade de projecção, na protecção, na sustentação - para que os Ramos através de adequados meios humanos, meios materiais, criação de estruturas, e formação de pessoal possam gerar as capacidades necessárias.

Tomando em conta aqueles princípios definidos pelo CEM, julga-se que, se materializados, as capacidades do nosso Sistema de Forças Nacional, vão de encontro às que os países euro-atlânticos (OTAN e UE) vão consolidando para as suas Forças Armadas, e que, conseqüentemente, concorrem para o cumprimento das “novas missões”. É pois imprescindível, que em sede de estratégia genética, e concordantes estratégias estrutural e operacional, se façam os necessários investimentos que permitam não só anular ou reduzir as actuais lacunas e insuficiências como também ajustar a dimensão militar ao conceptualmente ambicionado e definido pelos documentos atrás analisados.

Antes de se avançar para a explanação da análise do SFN, importa referir que a sua classificação de segurança (confidencial), impede a transcrição de excertos ali constantes, que certamente ajudariam na objectividade das deduções que aqui se pretende apresentar, e que conseqüentemente trazem acrescidas dificuldades para o redactor. Análoga referência se deve aplicar ao anterior parágrafo do CEM.

A análise ao actual **Sistema de Forças Nacional na Componente Operacional (SFN04 - COP)**, será circunscrita à necessidade de saber se as estruturas e meios do EMGFA e Ramos respondem aos requisitos organizacionais das forças militares, quando empenhadas ou em apoio de acções do tipo previsto no conceito “The Three Block War”. No contexto, são as seguintes as capacidades (ver parágrafo 1.4-Capacidades emergentes) que foram consideradas: Capacidade de projecção; Capacidade de sustentação; Capacidade de protecção; Flexibilização e modularização; Comando e Controlo.

Capacidade de Projecção. Depende da existência de meios de transporte estratégico (navais ou aéreas) e da prontidão de forças a projectar. O actual SFN inclui para cada uma das Componentes, Naval, Terrestre e Aérea um conjunto de capacidades que se centra na resposta rápida a situações de crise, através de forças mais ligeiras e conjuntas.

A Marinha pretende desenvolver a capacidade de projecção de forças, disponibilizando as sub-unidades, Batalhão Ligeiro de Desembarque e Destacamento de Acções Especiais, após a concretização do seu reequipamento em meios NBQ, de comunicação e viaturas anfíbias até 2010, bem como com a disponibilização de transporte destinada a proporcionar a mobilidade estratégica a outras forças anfíbias, terrestres ou aéreas, conseguida com o aumento ao efectivo, em 2009/2010, do Navio Polivalente Logístico das Forças Armadas.

O Exército, por sua vez, pretende desenvolver esta capacidade através da disponibilização, em grau de prontidão elevado, de unidades de escalão Batalhão das Brigadas de Reacção Rápida (BRR) e Brigada de Intervenção (BLI), em teatro de operações diferentes, ou de uma força de escalão Brigada Ligeira (BRR ou BLI), num único teatro de operações.

A Força Aérea, assegurará às outras componentes essa possibilidade de projecção através da sua capacidade de transporte aéreo garantida, para já, com recurso aos aviões C-130 ou outras aeronaves de transporte estratégico a adquirir (C-130 J ou A-400M), que substituirão aqueles.

Capacidade de Sustentação. O Exército através dos meios da capacidade de Apoio Geral, dos seus módulos destacáveis (CReabSvc, CMan, HCM, CTransp) e, das capacidades de auto-sustentação das próprias Brigadas, pode garantir algum apoio de sustentação a forças militares destacadas.

A Marinha, através de meios de superfície, pode assegurar apoio logístico de forças envolvidas em acções em teatros de operações exteriores.

A Força Aérea, pelos meios ao dispor da capacidade de Transporte Aéreo incluindo Evacuação Sanitária, contribui significativamente para a sustentação das forças militares projectadas.

Capacidade de Protecção. A protecção da Força militar pode, também, fazer-se, por medidas defensivas a desenvolver pelo escalão superior, para tal contribuindo, o Exército através de meios da sua capacidade de Informações, Vigilância e Reconhecimento, capacidade de Apoio Geral e, capacidade de Sobrevivência e Protecção da Força.

A Força Aérea, pode fazê-lo através da sua capacidade de C3 I, da capacidade de Recolha, Gestão e Disseminação e Informações incluindo ISTAR e, de meios da capacidade de Protecção de Forças.

Como medidas ofensivas, o Exército pode fazê-lo através de adicionais meios das suas capacidades de Reacção Rápida e Intervenção. A Força Aérea pela actuação de meios da capacidade de Operações Aéreas contra Forças de Superfície em Ambiente Terrestre e capacidade de Protecção de Forças.

Flexibilização e Modularização. Estas capacidades obtêm-se através de uma aptidão para operar em ambientes operacionais diferentes, com forças multinacionais, conjuntas e combinadas, através do saber reagir com factores de planeamento diferentes para conjunturas estratégicas diferentes. Cenários de actuação diferentes exigem a construção de unidades adequadas, privilegiando, de acordo com as necessidades, a mobilidade, o apoio de fogos, o apoio de combate ou apoio de serviços ou até o enquadramento para reforçar acções de planeamento. Isto é, à medida de cada intervenção há um conjunto de capacidades que se “encaixam” nas necessidades o que pressupõe a aplicação lógica do princípio da modularidade. Contudo estas características só serão alcançáveis se à partida houver uma capacidade de Projecção, de uma força, como resposta rápida e eficaz a uma crise.

O Exército, através de algumas das suas forças e no âmbito da capacidade de Reacção Rápida (FOE, UALE ou CCmds), capacidade de Apoio Geral (GEqEOD) e capacidade de Sobrevivência e Protecção da Força, concorre para a edificação daquelas características.

A Força Aérea, através da capacidade de Transporte Aéreo.

Comando e Controlo. O aumento da dispersão e mobilidade das forças veio trazer, entre outras necessidades, a imposição de medidas de Comando e Controlo, essenciais para a capacidade de combate da força militar, que se traduz numa permanente superioridade de informação e capacidade de coordenar e controlar acções e forças. Concorrem no SFN, para este requisito, as seguintes capacidades: (1) No EMGFA, os seus sistemas de Comando e Controlo; (2) Na Marinha, os seus sistemas de Comando e Controlo; (3) No Exército, a capacidade de Comando, Controlo e Comunicações, onde a informação operacional terá o seu suporte no actual SICCE (Sistema de Comando e Controlo do Exército), a capacidade de Informações, Vigilância e Reconhecimento e meios (CompGE e DestInfoSegMil) da capacidade de Apoio Geral; (4) Na Força Aérea, a sua capacidade de Comando e Controlo e Sistema de Comunicações e de Informação, Recolha, Gestão Disseminação de Informações incluindo ISTAR.

3.1.4. Vulnerabilidades do SFN

Parece pois, que do “confronto” entre as capacidades que emergem do conceito “The Three Block War” (referidas no número anterior) e as capacidades que o SFN 04 atribui ao

EMGFA e às Componentes, se pode concluir da possibilidade de a transformação militar em Portugal caminhar ao encontro dos requisitos operacionais exigidos para uma actuação do poder militar quando em operações no exterior integrando forças multinacionais no âmbito das previstas pelo conceito “The Three Block War”.

No entanto, o nível de ambição determinado no SFN, só poderá ser conseguido, se pela Lei de Programação Militar (LPM) se proceder à aquisição dos meios que permitem alcançar aquelas capacidades.

Antes de identificar as vulnerabilidades, deve-se referir que na Componente Terrestre, a criação de uma Brigada de Reacção Rápida, que integra as FOE, os Comandos, a UALE e os Batalhões de Infantaria Paraquedistas, dotada assim de uma organização mais flexível, modular, com capacidades diversificadas e vocacionadas para conflitos assimétricos e, a criação da Brigada de Intervenção (BLI) com características médias, permitindo balancear a organização da força consoante os requisitos operacionais o exigam, parecem ser as transformações que mais prosseguem de acordo com actual realidade estratégica.

Igualmente na Marinha, se julga que a capacidade a garantir no futuro próximo pelo Navio Polivalente Logístico (LPD), poderá vir a responder, embora apenas de modo parcial, a uma inexistente capacidade de transporte para apoio logístico de forças ou dos meios envolvidos em acções humanitárias, como foi revelado aquando da operação de evacuação de cidadãos nacionais e estrangeiros (NEO) da Guiné-Bissau em 1998. Foi aliás esta operação bem reveladora das vulnerabilidades e, também certamente potencialidades, de uma intervenção conjunta.

São muitas e de primordial importância para a projecção, protecção e sustentação da força militar, as vulnerabilidades apresentadas no SFN. E, apenas vulnerabilidades organizacionais, pois as, eventuais, vulnerabilidades de formação e preparação para uma actuação conjunta ou combinada para os actuais ou novos cenários, serão deduzidos em próximo número.

3.1.4.1. EMGFA

Existe a tendência para o crescente emprego operacional de forças militares, que ficam sob o Comando Operacional do CEMGFA, sendo o Controlo Operacional transferido para a NATO ou UE.

A constituição de “ Comando de Agrupamentos Operacionais da Forças Conjuntas Móveis Destacadas”²⁹ não é coerente com o princípio de que se deve adoptar em tempo de

²⁹ Sistema de Forças Nacional (SFN04) -COP. P.3

paz uma estrutura o mais próximo possível da que deverá ser utilizada em tempo de guerra, designadamente ao nível da sua estrutura de comandos.

Julga-se no entanto, importante a decisão da criação de um Comando Operacional Conjunto Permanente (conforme consta do SFN - Componente Fixa), para garantir ao CEMGFA o Comando completo das FND.

3.1.4.2.Componente terrestre

Conforme referido no parágrafo 3.1.1.Generalidades, a Componente Terrestre, as Forças do Exército, para poderem actuar com sucesso no actual ambiente operacional e, em cenários tão diversificados, já aqui caracterizados, devem poder utilizar, ou ter disponíveis, os Sistemas Operativos: Manobra, Apoio de Fogos, Informações, Protecção, Defesa Aérea, Apoio de Serviços e Comando e Controlo. È com base nestes requisitos essenciais e, para uma actuação no presente ambiente operacional e cenários de actuação da Componente Terrestre, que se permite equacionar como fundamentais algumas valências às quais devia ser dada prioridade na sua concretização: (1) A mobilidade táctica e operacional, sendo fundamental em conflitos assimétricos, para fazer face a situações imprevistas, requer a indispensável utilização de helicópteros para observação e reconhecimento, bem como para a execução de operações aeromóveis que contribuem de modo significativo para a mobilidade e flexibilidade da força; (2) O ambiente operacional do futuro exige, forças mais ligeiras, mais flexíveis, pois assim contribuem para mais fácil projecção. Contudo o actual ambiente internacional de globalização, faculta à ameaça factores acrescidos de letalidade. È pois fundamental, dotar essas forças com acrescida capacidade de protecção individual e armamento ligeiro actual com poder letal superior ao do adversário, factores que têm consequência directa nas operações, mesmo as de baixa intensidade; (3) A cada vez mais premente actuação conjunta e combinada de forças requer a edificação de uma interoperabilidade de procedimentos de planeamento, decisórios e de equipamentos de Comando e Controlo com forças das alianças ou coligações onde estamos inseridos; (4) Neste novo ambiente operacional a informação joga um papel decisivo para assegurar uma superioridade de informação e a coordenação do emprego das forças militares. Há pois que, tecnologicamente garantir uma capacidade de obtenção, recolha e transmissão de informações em tempo real; (5) A variedade e imprevisibilidade das ameaças, designadamente da NBQ, requer especial atenção à protecção da força, visto no plano conjunto ou individual, dotando-a com a capacidade de reconhecimento, detecção, identificação e descontaminação de agentes biológicos, químicos e radiológicos; (6) Um dos cenários prováveis em que as FA portuguesas podem estar envolvidas é na execução de

CRO, quer integrando alianças ou coligações ou actuando individualmente (caso da NEO na RGB). Neste âmbito é preciso materializar a capacidade conjunta de execução de operações de evacuação de cidadãos nacionais não combatentes;

3.1.4.3. Componente naval

No confronto entre as capacidades exigidas para o desempenho de missões inscritas no conceito em análise e, as que a Componente Marinha deveria possibilitar (de acordo com o CEM), importa colmatar, através da estratégia genética, as seguintes: (1) Capacidade de transporte marítimo de uma força de escalão batalhão; (2) Capacidade de realizar operações de apoio de fogos a forças em terra, através de armas baseadas em navio;

3.1.4.4. Componente aérea

Igualmente para este Ramo, o nível de ambição previsto em CEM, exige que a estratégia genética possibilite à Força Aérea colmatar as seguintes valências: (1) Capacidade de transporte aéreo estratégico de forças. (2) Capacidade de executar missões de apoio às forças de superfície em todo o tipo de condições meteorológicas e de luz;

3.2. O aprontamento da Força Militar

3.2.1. Generalidades

A evolução do quadro político-estratégico, conforme já descrito em capítulos anteriores, impõe novas exigências na formação e preparação específica dos militares para as designadas “novas missões”, mantendo-se contudo a necessidade da sua preparação para as missões tradicionais de combate. Mas, para além de diferentes, estas missões apresentam-se hoje mais exigentes e, especialmente para os quadros, elas são-lhes impostas por vezes em circunstâncias onde é exigida maior autonomia, maior capacidade de decisão, grande complexidade e com consequências que ultrapassam certamente o seu escalão de decisão.

São pois, várias as razões que tornam o actual ambiente operacional muito complexo. Para além dos factores como a ameaça e os objectivos da missão, que podem variar com alguma frequência, outras causas existem: (1) A necessidade de uma actuação conjunta e combinada, implica ter uma mesma “linguagem”, procedimentos e conceitos idênticos, uma mesma maneira de comunicar e tratar a informação; (2) A actividade de CIMIC, quase permanente ao longo dos conflitos, exige não só uma postura militar, por vezes, mais flexível e, mais diplomática, mas também um conhecimento profundo das culturas, dos costumes, dos tabus, das sociedades envolventes; (3) A condução dos actuais conflitos não se faz apenas com o vector militar. O sucesso de uma missão é obtido pela conjugação das actividades, militar, económica, política, social e diplomática. Os quadros devem pois estar

cientes das questões fundamentais deste enquadramento; (4) A presença dos OCS, requer igualmente um maior cuidado nas atitudes e decisões dos quadros, especialmente em acções que possam pôr em melindre os direitos humanos; (5) A necessidade de actuar em ambiente urbano, requer de todos uma maior auto disciplina, auto controlo, conhecimentos específicos de defesa e progressão neste meio e, dos quadros, grande capacidade de comando e decisão, isto é – liderança; (6) O imenso fluxo de informação a que pode ter acesso, obriga a que os quadros saibam identificar a informação crítica, para dela fazer uso ou transmitir ao escalão superior.

Cada vez mais o sucesso ou o fracasso das “novas missões” militares no actual campo de batalha, se faz com o contributo das acções que se desenvolvem ao nível tático. Isto é claro nas palavras do General Krulak:” *A battle where the actions of a 19 year old Marine will not only have tactical and operational significance, but possibly strategic as well*”.³⁰

3.2.2.Parâmetros no aprontamento das Forças

Na actual era de sofisticados meios de combate e tecnologias de informação, o homem continua a ser o factor mais importante.³¹ E, porque é o Soldado que usa a tecnologia e que executa a tática, ele tem de ser formado e preparado para tal.

Não só a exigente tecnologia militar e a crescente complexidade da actividade militar, mas também a contínua redução dos orçamentos de Defesa e redução de efectivos, requer que se procure seguir o princípio de “menos forças melhores forças”.

Mais do que nunca, a profissionalização deve conduzir à selecção e formação de militares com carácter, inteligência, resistência física e psicológica. Os quadros de baixo escalão, devem além destas características possuir, competência, capacidade de liderança e de decisão.

Para responder à complexidade do actual ambiente operacional, tal como foi caracterizado no número anterior, julga-se ser necessário fazer incidir a formação e preparação específica, das Forças militares a empenhar em missões no âmbito das descritas no conceito “The Three Block War” sobre as seguintes áreas: (1) Técnicas e procedimentos operacionais específicos das Operações de Apoio à Paz, (check points, postos de observação, patrulhas, confiscação de armas, escoltas, técnicas de negociação); (2) Capacidade para actuar, individual, e colectivamente em ambiente urbano, especialmente quando empenhado em acções de combate; (3) Capacidade de decisão e liderança, designadamente ao nível de

³⁰ General Charles C. Krulak, *speech at the National Press Club. Anexo - A*

³¹ “As pessoas são uma das chaves para a eficácia das organizações” – *Discurso do MDN por ocasião do dia das FA em 25JUN05*

quadros do baixo escalão, para situações próximas das que podem ocorrer neste tipo de missões; (4) Conhecimento e respeito pelas diferenças culturais, religiosas e étnicas, que enformam as populações em que decorrem as acções; (5) Conhecer os motivos e características (políticas, económicas, sociais) do conflito em que se está envolvido; (6) Ligação com os OCS, de modo a evitar situações que comprometam os objectivos da missão e otimizar as situações que nos são favoráveis; (7) Cooperação, isto é, saber trabalhar conjuntamente com as organizações e autoridades civis (CIMIC), no sentido de esse contacto constituir para ambos uma mais valia acrescida para o cumprimento da missão táctica e global; (8) Capacidade de integração individual na força conjunta de forma interoperável nos procedimentos, na comunicação, na troca de informação e nas actividades.

3.2.3. O caso nacional

A apreciação sobre a formação e preparação dos militares portugueses para este tipo de actuação em ambiente operacional próximo do “The Three Block War”, incidirá naturalmente sobre o Exército.

A formação e preparação específica, individual e colectiva, da Força do Corpo de Fuzileiros que actuou em Bósnia e Timor, fez-se de acordo com as Directivas preparadas para os militares do Exército, pois aqueles elementos integraram logo na fase de instrução específica a Unidade constituída como Força Nacional Destacada (FND).

Para análise da preparação das FND para missões no exterior e, assim poder fazer o confronto com os parâmetros atrás referidos, foram consultadas directivas emanadas pelo CEMGFA e CEME.³²

Em conformidade com indicações superiores, a instrução das FND para aquelas operações, não deverá ser valorizada relativamente à instrução normal destinada a preparar as forças para acções de combate. Tal princípio, tem continuidade na Directiva nº 48/CEME/05 de preparação da FND para o KOSOVO quando dá orientação à BrigRR: *”Inclui na preparação da UEB/FND/KFOR a execução de acções características das Operações de Apoio à Paz, combinando esta preparação com acções no âmbito do Artº V.”*

³²- Directiva nº 48CEME/05 de 02FEV05 para o aprontamento do BIPara/BrigRR para a Operação Joint Guardian/KFOR (2º semestre05);

- Directiva nº 001 do Comando do AgrMecBMI/NRF05 de 17SET04;

- Directiva de Instrução e Treino Operacional para o GCC/BMI de 10OUT05, como FND para a Bósnia em JAN06.

Igualmente, as preparações do AgrMec da BMI para a NRF 05, e da força escalão Batalhão que o GCC da BMI está a preparar para FND na Bósnia a partir de JAN06, contemplam essa preocupação, conforme se constata nas respectivas Directivas, sem contudo, não deixarem de ser ministradas e exercitadas as instruções de preparação para o outro tipo de OAP.

Porque se apresentam as missões no Kosovo e Bósnia, nitidamente, no âmbito de OAP, a formação e preparação das FND para estas missões, incide sobre tarefas de ajuda humanitária, acções de presença e segurança das populações, demonstrações de força e acções de imposição da paz. Para isso estão contempladas nos respectivos planos de instrução e, técnicas e procedimentos operacionais, as matérias necessárias para a sua execução, designadamente, revistar um edifício, segurança de uma área urbana, estabelecer a ligação com entidades locais, estabelecer relações com os OCS, actuar perante jornalistas, obter e difundir informação e, palestras sobre as características da população e conflito.

Também em ambas estas missões (Kosovo e Bósnia), se dá ênfase a situações de alteração de ordem pública, tumultos, ou outras situações de hostilidade por parte da população local. Esta é uma necessidade não prevista no conceito “The Three Block War”, mas que a situação no TO aconselha, pelo que as forças vão preparadas com essa capacidade.

Está-se convicto que, está assegurada a formação e aprendizagem das áreas essenciais para este tipo de operações, acreditando que a experiência dos nossos quadros em missões anteriores do género, serão a garantia para o desenvolvimento das capacidades de decisão e liderança, bem como de uma fácil integração na força conjunta e combinada.

Relativamente ao AgrMec/BMI/NRF5, integrando-se a sua missão no âmbito de uma força OTAN (NRF), podendo actuar como força isolada “Stand Alone Force” ou força de entrada inicial “Initial Entry Force”, em operações de CRO, de apoio ao contra terrorismo e interdição terrestre, a sua formação, treino colectivo e aperfeiçoamento operacional, conforme referido na Directiva do seu Comando, “... é conduzida assegurando em permanência três princípios: *Projecção, no âmbito do emprego prioritário de forças para o exterior do território nacional; Adaptabilidade, para fazer face às contínuas alterações do ambiente operacional; Versatilidade, para agir, simultaneamente, em situações de combate próximo e situações de gradação da força*”. De acordo com a mesma Directiva o esforço de formação e treino de aperfeiçoamento operacional, incide na condução de operações de combate de alta intensidade, com armas combinadas e em áreas urbanas. Contudo são também prevista acções de formação em tarefas operacionais específicas de operações de apoio à paz.

3.3. Síntese conclusiva

O quadro de missões apresentado pelo conceito em análise são parte do alargado espectro de novas missões que recomendou a evolução da organização de Forças militares para estruturas mais ligeiras, flexíveis e modulares, preparadas para uma fácil projecção e adaptação à diversidade de missões e, aptas a para actuação em operações conjuntas. Surgem assim, na OTAN, os conceitos CJTF e NRF e, na UE, o *Battlegroup*.

Para responder à complexidade da actividade militar, no actual ambiente operacional, e tal como descrito em “The Three Block War”, são exigidos novos parâmetros na formação e preparação dos militares, que passa por, paralelamente à manutenção e aperfeiçoamento na sua aptidão para acções de combate de alta intensidade (Artº 5º), desenvolver neles as capacidades de decisão e liderança, de fácil integração na força conjunta, de actuar em ambiente urbano, de saber usar e disponibilizar a informação pertinente, de se relacionar com os OCS, de cooperar com as ONG e autoridades envolvidas no conflito local, conhecer e respeitar os direitos humanos, as diferentes culturas, religiões, etnias. Enfim, prepará-los para uma diversidade de missões que, requerem deles, num dia, o seu empenhamento num combate de média ou alta intensidade e, no outro ou mesmo dia, a sua dedicação na distribuição de ajuda humanitária, no controlo de tumultos, ou participação em actividades de negociação.

As FA portuguesas procuram acompanhar esta “revolução do assunto militar”. E, depois das actualizações dos documentos orientadores – CEDN, CEM e SFN – procura-se, gradualmente, dotá-las das necessárias capacidades de projecção, sustentação, protecção, flexibilidade, comando e controlo, de actuação conjunta, para uma plena assunção das responsabilidades politicamente definidas. Igualmente no sector de formação e preparação das forças, como contributo para a materialização daquelas capacidades, as FA portuguesas têm vindo, com a aprendizagem obtida pelas diversas participações (OTAN, ONU, EU) a proceder aos necessários ajustamentos tendentes à participação desejada.

Contudo, a concretização das medidas previstas, tendentes a garantir resposta segundo os módulos de capacidades e nível de ambição desejado, demora o seu tempo. Persistem assim no SFN, algumas vulnerabilidades que comprometem a rápida projecção de forças por falta de transporte aéreo estratégico, que condicionam a interoperabilidade e o comando e controlo com forças conjuntas, que impedem o processamento e disponibilização segura da informação, que não garantem a eficaz protecção NBQ e radiológica, que privam as forças terrestres da necessária mobilidade táctica e operacional e protecção individual e armamento

individual adequado, que impossibilitam a existência de apoio de fogos por sistemas baseados em navios, que obstam à realização de operações anfíbias de escalão batalhão.

Importará pois materializar a necessária transformação militar em princípios metodológicos que permitam dar credibilidade à nossa intervenção no plano interno ou quando integrando as alianças ou coligações de segurança internacionais.

CAPÍTULO IV

ESTUDO EMPÍRICO

4.1. Metodologia

A partir da Questão Central definida para o trabalho, levantámos algumas questões derivadas e elaborámos quatro hipóteses orientadoras da investigação, as quais, a partir da bibliografia consultada, recurso documental (diplomas legais, directivas) e das entrevistas realizadas., foram ao longo do estudo analisadas.

Elegemos para análise os seguintes diplomas e documentos oficiais: CEDN, CEM, SFN, MIFA e, as seguintes directivas: (1) Directiva N° 48/CEME/05, para aprontamento do BIPara/BrigRR para a Operação Joint Guardian/KFOR (2° Semestre/05);(2)Directiva de aprontamento n° 04/05 da Brig Int para aprontamento da componente PRT(BrigInt)/MNBn/EUFOR, (BiH - 2° Semestre05); (3) Directiva de aprontamento n° 001 do AgrMec/BMI/NRF 5 para 2005; (4) Directiva de instrução e treino operacional para o GCC/CompPRT (BrigMec) que vai integrar o MNBn/MNTF(N)EUFOR.

Desta documentação serão deduzidos os aspectos considerados mais relevantes para: (1) Identificar se as FA Portuguesas (EMGFA e Ramos) possuem as capacidades que levantámos como essenciais (projecção, sustentação, protecção, flexibilização e modularização, comando e controlo) para garantir às forças militares, quando empenhadas em acções e ambiente próximo do conceito “The Three Block War”; (2) Identificar as principais vulnerabilidades do SFN (na nossa opinião), quando “confrontado” com as capacidades atrás referidas; (3) Identificar se as actividades de aprontamento das FND, obedecem aos requisitos de formação específica e treino operacional adequados para poderem actuar com sucesso nos três tipos de operações previstas no conceito “The Three Block War”.

Foram entrevistados dois oficiais superiores do Exército com experiência no comando de FND (escalão Batalhão), ambos no Teatro de Operações (TO) da Bósnia-Herzegovina (2° semestre de 2004 e 2° semestre de 2005). As entrevistas foram objecto de uma análise sumária de conteúdo, no sentido de ser obtida informação sobre: (1) Se as actividades de

aprontamento das FND, que estes oficiais comandaram, foram as adequadas para cumprir com os requisitos exigidos para uma actuação no ambiente próximo do conceito “The Three Block War”; (2) Se as missões ou actividades que as FND realizaram no TO, se enquadram naquelas previstas pelo conceito “The Three Block war”.

4.2. Colecta de dados: Entrevistas

Das entrevistas foi possível obter a informação de que as actividades de aprontamento que as FND desenvolvem quer no nível individual quer no colectivo, treino operacional, respondem aos requisitos operacionais para fazer face aos três tipos de operações que o conceito “the Three Block War” prevê. Foi ainda obtida a informação, igualmente coincidente em ambos os entrevistados, de que apenas desenvolveram no TO operações de apoio à paz e humanitárias. Nunca operações de combate.

4.3. Análise de dados: discussão das hipóteses

Foi possível, como veremos de seguida, confirmar as grandes orientações previstas nas hipóteses formuladas.

H1: As forças militares estão a cumprir os critérios organizacionais, e de aprontamento para actuação no ambiente operacional em análise.

Esta hipótese foi confirmada pelas consultas bibliográficas durante o estudo, designadamente pela informação obtida por Talambas (2004,22-30).

H2: O SFN04-Componente Operacional garante às suas forças militares as necessárias capacidades de actuação para fazer face aos três tipos de operações inscritas no conceito “The Three Block War”.

Esta hipótese foi parcialmente confirmada, pois as vulnerabilidades existentes são impeditivas de se alcançar algumas das capacidades necessárias. Igualmente a falta de meios e equipamentos mais operacionais contribui para esta análise. Este resultado foi obtido pela consulta do documento SFN 04 - Componente Operacional.

H3: As Forças Nacionais Destacadas cumprem, no seu aprontamento, os requisitos exigidos para fazer face às missões previstas no conceito “The Three Block War”.

Esta hipótese foi confirmada, para as FND cujas directivas foi possível analisar. As entrevistas realizadas aos dois oficiais permitem reforçar esta confirmação.

H4: As missões e actividades realizadas pelas Forças Nacionais Destacadas nos diferentes Teatros de Operações (TO), enquadram-se no conceito “The Three Block War”.

Esta hipótese foi parcialmente confirmada, pelas entrevistas realizadas, que permitem deduzir que apenas as OAP e operações humanitárias são executadas.

CONCLUSÕES

O conceito tripartido de guerra por blocos de violência (“The Three Block War”), procura teorizar uma parte da larga diversidade de missões cometidas, actualmente, às forças militares. Missões que se assemelham às que se praticavam nas campanhas de guerra contra-subversiva, tal como considera Charters (2005, 2) “*The nature of The Three Block War and the kinds of opponents we confront really make these campaigns analogous to counter-insurgency*”. Mas agora em ambiente que se apresenta essencialmente urbano, multinacional, com níveis superiores de violência e com outros actores como OCS, fenómeno constante neste tipo de conflitos que obriga as forças militares, conforme refere Santos (2003, 228) “*a que tenham capacidade para minimizar os efeitos psicológicos negativos da sua actividade e maximizar os do adversário, motivar as suas tropas e populações e desmoralizar as do inimigo, numa estratégia permanente e articulada com as operações de natureza militar*”.

É assim um tipo de guerra que foi já experimentado e travado por Forças Armadas de vários países, que devem pois ser conhecedoras das principais linhas de força necessárias para combater este tipo de guerra sem uma só frente ou retaguarda e com várias bolsas no seio do adversário. Experiências que se prevê venham a repetir-se em futuros conflitos, e como tal é urgente interiorizar e continuar a dar respostas aos requisitos na **organização, e aprontamento**, nas forças empenhadas nestas acções típicas de guerra assimétrica a disputar essencialmente em ambiente urbano.

Na **organização**, é necessário atentar em unidades mais ligeiras, flexíveis, modulares, que se adaptem às exigências e diversidade de missões, à necessidade de prontidão e projecção, ao grau de ameaça e, com armamento individual de grande letalidade, para fazer face a gradações do conflito. Deve ser valorizada a acção de comando descentralizada e, a interoperabilidade dos meios. Deve ainda ser considerado, que as actuais missões cometidas às FA são complexas. Não quando vistas na sua execução individual, sejam de combate, apoio à paz ou humanitárias, mas porque neste novo ambiente, elas andam como que associadas, podendo divergir, de forma inesperada, para uma gradação diferente, o que obriga a planeamentos mais cuidados e, a mais rápidos e eficazes apoios de fogos, de combate, ou de serviços, por parte do escalão superior

No **aprontamento**, considerado que integra a formação e preparação específicas, deve a primeira, **formação específica da força**, ser dirigida para: actuação em combate em áreas

edificadas, o desenvolvimento das capacidades de decisão e liderança nos quadros de escalão mais baixo (strategic corporal), que devem ter a percepção de que as suas missões se inserem num contexto mais amplo, pelo impacto que o seu cumprimento, ou não, pode ter nos níveis superiores. Com destaque ainda, para as situações “explosivas” que se podem viver, caso não se conheça ou não se saiba respeitar as diferenças culturais, étnicas e religiosas, da população envolvida no conflito. Neste contexto, é importante também o relacionamento com os OCS, e a cooperação com as ONG e autoridades locais (CIMIC); relativamente à **preparação da força** revela-se de extrema pertinência a existência de equipamento, que para além de garantir uma eficaz protecção individual contra fogos e NBQ e, capacidade de comando e controlo da força entre si e com o escalão superior, deve também permitir a obtenção e disseminação em tempo real da informação, para utilização pelos escalões que dela necessitam para influenciar o cumprimento da missão.

As capacidades com que se pretende dotar estas unidades obriga a que, na doutrina de formação, se considere a integração dos exigentes requisitos das Operações Militares em Áreas Urbanas, com os requisitos das CRO. Isto é, um ambiente operacional, em áreas urbanas, onde além de se localizar o centro de gravidade de actuação do inimigo, está também a população que espera da Força militar respostas de cooperação e apoio adequadas à crise social e humanitária que certamente vivem.

Nesse sentido, é imperativo garantir que a força militar, para além da formação e preparação orientada para a missão, possui armamento, equipamento e viaturas compatíveis com o grau de ameaça/risco e empenhamento esperado. Tal como é exigido para as forças disponibilizadas para a NRF, as FND, para além dos já regulares exercícios de validação do treino da força, deverão ser sujeitas a **actividades de certificação**, com critérios exigentes, que definam a sua operacionalidade em capacidades essenciais como, comando e controlo, auto protecção, e interoperabilidade.

A transformação estrutural das FA Portuguesas, irá possibilitar a edificação de um conjunto de capacidades que, **quando materializadas**, lhes permitem empenhamentos operacionais enquadrados pelo conceito “The Three Block War”: capacidade de projecção, de sustentação, de protecção, flexibilização e modularização e, capacidade de comando e controlo.

No Exército essa transformação é mais visível face à nova estrutura operacional (FOPE-Força Operacional Permanente do Exército), que baseada em 3 Brigadas (BrigRR, BrigInt, BrigMec) e núcleo de Forças de Apoio Geral (apoio de combate e de serviços), irá garantir elevado grau de prontidão, mobilidade, projecção e emprego.

Pelas características das Brigadas, ligeira, média e pesada, e das sub-unidades da Brig.RR (operações especiais, comandos, paraquedistas e helicópteros) e, da modularização do apoio de combate e apoio de serviços prestado pelas Unidades de Apoio Geral, parece estar assegurada a flexibilidade para fazer face a situações de contingência e diferentes graus de intensidade.

Edificadas assim algumas das capacidades através de alterações de âmbito estrutural em unidades e comandos, e por uma aguardada aquisição de novos materiais, importa também dar continuidade à qualificação e formação dos militares, não só nos aspectos enfatizados anteriormente, mas também atendendo aos cada vez mais exigentes critérios de desempenho funcional, devido à evolução tecnológica e às disposições OTAN, para que se consiga uma evolução na nossa capacidade de interoperabilidade, ao nível de planeamento, coordenação e actuação conjunta e combinada de situações de crise nacionais ou internacionais.

Pese embora pois, a existência actual de importantes vulnerabilidades do nosso SFN (mobilidade táctica e operacional, auto protecção, poder de fogo, C3I e transporte estratégico), que condicionam a projecção e actuação de uma força em TO exteriores, julga-se que a preparação e aprontamento das FND tem correspondido aos desafios e características das missões em que têm sido empenhadas, com actuações em ambiente operacional semelhante do caracterizado pelo conceito “The Three Block War”.

Se estas actuações, que credibilizam a Instituição Militar, constituem para os seus elementos um desafio para junto dos parceiros OTAN e UE continuar a dignificar as FA Portuguesas, deveriam também constituir mais uma janela de oportunidade para conseguir, junto do Estado Português, a rápida edificação das valências em falta no SFN.

IESM, 13 de Março de 2006

João Manuel Santos de Carvalho

Cor Inf

BIBLIOGRAFIA

LIVROS, REVISTAS E ARTIGOS.

AGUIRRE, Mariano – O regresso da força, JANUS 2003, anuário de relações exteriores, Público e Universidade Autónoma de Lisboa.

BAUER, Alain; RAUFER, Xavier – A Globalização do Terrorismo. Lisboa: Edição Prefácio, 2003.

BONIFACE, Pascal – Guerras do Amanhã. Mem Martins: Editorial Inquérito, 2003.

BRITO, José Augusto de – As Forças Armadas e o Terrorismo, Academia da Marinha, Lisboa, 2005.

CASCÃO, Ana Luísa; BRAGA Manuel – O novo padrão de despesa militar na transição do milénio. JANUS 2005, anuário de relações exteriores, Público e Universidade Autónoma de Lisboa.

CHARTERS, David - Measuring Progress in the Three Block War. The Three Block War: Today's Reality. Tomorrow's Challenge Symposium (CD), 22 October 2004. US National War College, 2004

CLARK, Wesley – Vencer as Guerras Modernas. Lisboa: Edições Temas e Debates, 2004.

COUTO, Abel Cabral – Elementos de estratégia, VOL II. IAEM, 1989.

ENAMORADO, Javier Jordan - Los Ejércitos en un Nuevo Contexto de Seguridad. Revista de Ejército, Nº 731, Fevereiro 2002.

FERNANDES, José Pedro S. Contente – O ambiente Operacional, Boletim do IAEM Nº 55, Maio 2002.

FREIRE, Fernando C. – 10 anos de Guerras Americanas, JANUS 2003, anuário de relações exteriores, Público e Universidade Autónoma de Lisboa.

GALAIÓ, Luís – As missões das FA no novo contexto internacional, Anais do Clube Militar Naval, Vol 127, nº 7/9, Jul/Set1997.

LEANDRO, Francisco da Silva – As Armas das Vítimas. Instituto de Defesa Nacional, Lisboa: Edições Cosmos, 2005.

MOREIRA, Adriano – Teoria das Relações Internacionais. 4ª ed., Coimbra: Edições Almedina, 2002.

PINTO, Maria do Céu – O uso da força nas operações de peacekeeping. Política Internacional, Livro N° 28, Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança, Julho 2005.

QUIVY, Raymond e VAN CAMPENHAOUDET, Luc. Manual de Investigação em Ciências Sociais, 2ª ed., Tradução de João Minhoto Marques, Maria Amália Mendes e Maria Carvalho, Gradiva, Lisboa 1998.

RAMALHO, José L. Pinto – O conflito assimétrico e o desafio da resposta, uma reflexão. Revista Militar, nº 2443/2444, Ago./Set05.

RAMALHO, José L. Pinto – Estudos da Paz e da Guerra, Inovações Tecnológicas e Consequências Estratégicas, Universidade Autónoma de Lisboa (Mestrado), Junho de 2005.

RAMONET, Ignácio – Guerras do Século XXI, novos medos, novas ameaças. Lisboa: Edição Campo das Letras, 2002.

RAMOS, Carlos M. S. C. – Manutenção da Paz, uma nova missão para as Forças Armadas. Revista Nação e Defesa, nº 59, Julho de 1991.

RIBEIRO, Carlos Jorge de Oliveira – As operações Militares na Era da Informação e da Comunicação. Proelium, Revista da Academia Militar, N° 2, Dezembro 2004.

ROCHA, Octávio de Cerqueira – Portugal e as Operações de Paz na Bósnia: A Preparação das Forças. Revista Nação e Defesa, N° 92, Inverno 2000.

RODRIGUES, Alexandre Reis – Considerações sobre o Sistema de Forças Nacional. Cadernos Navais, N° 5, Abr/Jun 2003.

RODRIGUES, Alexandre Reis – Defesa e Relações Internacionais. Lisboa: Editorial Notícias, 2004.

RODRIGUES, Alexandre Reis – O 11 de Setembro e a Política Externa Americana. Revista de Relações Internacionais (IPRI), Setembro 2004.

SANTO, Gabriel Augusto Espírito – Área Militar – A Estratégia Militar como Componente da Estratégia Total. Seminário "Os Novos Espaços de Segurança e Defesa", IAEM, Lisboa: Edições Atena, 2002.

SANTO, Gabriel Augusto Espírito – A Força Terrestre no Século XXI. Revista Militar, Jan/Fev 1998.

SANTOS, General Loureiro – A Idade Imperial. A Nova Era. Reflexões sobre Estratégia III Lisboa: Publicações Europa América, 2003.

SANTOS, Loureiro dos – Convulsões – Ano III da Guerra ao Terrorismo. Lisboa: Publicações Europa América, 2004a.

SANTOS, Loureiro dos – Segurança e Defesa na Viragem do Milénio. Lisboa: Publicações Europa América, 2001.

SANTOS, Loureiro dos – O Recurso À Guerra Ofensiva Prolongada Pelas Democracias. Revista Relações Internacionais, Instituto Português de Relações Internacionais, Setembro 2004b.

TALAMBAS, José David A. G. – Uma brigada para o século XXI. TI, no CEM 2002/2004, IAEM.

TELO, António José – Reflexões sobre a Revolução Militar em Curso. Revista Nação e Defesa N° 103, Outono/Inverno 2002.

TOMÈ, Luís – Uma nova configuração geopolítica. JANUS 2005, anuário de relações exteriores, Público e Universidade Autónoma de Lisboa.

VAZ, Nuno Mira – A RAM, o Quadro Estratégico e as Condições de Emprego das Forças Militares. Lisboa: Revista do IDN, N° extra, Abril 2003.

VELOSO, Manuel Viriato Ramos – Uma perspectiva sobre operações militares no século XXI. Revista da Artilharia, N° 95, Setembro 1999.

VIEIRA, Belchior – A acção humanitária nas operações de apoio à paz. Revista Nação e Defesa, N° 83, Jul/Set 1997.

ZEIGLER, Matt - The Three Block War - US Marines in Iraq. Edition Universe, Inc., 2004.

DOCUMENTOS OFICIAIS

Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN). Resolução do Conselho de Ministros n° 6/2003, 20Jan.

Conceito Estratégico Militar (CEM 2003), 19Dezembro.

Missões Específicas das Forças Armadas (MIFA04), definidas em CSDN em 21 de Outubro de 2004.

Directiva N°48/CEME/05 – Aprontamento do BIPara/Brig RR para a *Operação Joint Guardian*/KFOR (2° Semestre/05).

Directiva de Instrução e Treino Operacional para o GCC/CompPRT (BrigMec) /MNBn/MNTF (N)/EUFOR, de 10OUT05

Directiva n° 001 de Aprontamento do AgrMec/BMI/NRF 5 para 2005, de 17SET04.

Plano de Médio e Longo Prazo do Exército (2005-2022).

Sistema de Forças Nacional Componente Operacional (SFN04 - COP), definido em CSDN, em 21 de Outubro de 2004.

LEGISLAÇÃO

Lei nº 29/82 de 11Dec (Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas).

Lei nº111/91 de 29Ago (Lei Orgânica de Bases da Organização das Força Armadas - LOBOFA).

REGULAMENTOS, RELATÓRIOS E OUTROS DOCUMENTOS

Arte Operacional – Operações Conjuntas e Combinadas, NC – 20-77-01 aprovadas para utilização no IAEM, por despacho do Director do IAEM em 21Dec2000.

AJP-3.4 - Non-Article 5, Crisis Response Operations. NATO, 1st Study draft.

AJP - 3.4.1- Peace Support Operations. NATO, July2001.

Concept for Alliance Future Joint Operations (CAFJO) Final Draft. SACT/NATO, Aug05.

Concept for Future Joint Operations, Expanding Joint Vision 2010, United States Joint Chief of Staff, May 1997.

Discurso de S.Exa o Ministro da Defesa Nacional por Ocasão do Dia das Forças Armadas, a 25 de Junho de 2005, em Estremoz.

FM 1 – The Army. US Army, Junho 2005

FM 3 - 06.11 - Combined Arms Operations in Urban Terrain. 28Feb2002

JP 3-07 - Joint Doctrine for Military Operations Other Than War. United States Joint Chief of Staff, 16June1995.

ME – 20 – 76 – 04, Operações de Apoio à Paz, IAEM, Janeiro 1996.

Regulamento de Campanha Operações – Exército Português, Setembro 2005.

SITES NA INTERNET

HAYDEN, H. Thomas – Classic Counterinsurgency Not Working in Iraque.
www.mil.com/opinion

SZEPESY, James E. - The Strategic Corporal and the Emerging Battlefield. March 2005.
www.fletcher.tufts.edu

[http:// www.emergency.com/2003/urbanwarfare](http://www.emergency.com/2003/urbanwarfare)
[http:// www.au.af.mil/au/awc/awcgate/usmc/strategiccorporal](http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/usmc/strategiccorporal)
[http:// www.military.com/opinions](http://www.military.com/opinions)
[http:// atlas.usafa.af.mil/jscope](http://atlas.usafa.af.mil/jscope)
[http:// carlisle.www.army.mil/usawc/parameters](http://carlisle.www.army.mil/usawc/parameters)
[http:// www.mcu.usmc.mil/MCRweb/archive](http://www.mcu.usmc.mil/MCRweb/archive)
[http:// www.pfpconsortium.org/events/conferences](http://www.pfpconsortium.org/events/conferences)
[http:// www.cdi.org/program/document](http://www.cdi.org/program/document)
[http:// www.army.forces.gc.ca](http://www.army.forces.gc.ca)
[http:// www.rand.org.urbanoperations](http://www.rand.org.urbanoperations)
[http:// www.dticmil/doctrine/jrm/encyclop](http://www.dticmil/doctrine/jrm/encyclop)
[http:// www.doctrine.quantico.usmcmil/aspweb](http://www.doctrine.quantico.usmcmil/aspweb)
<http://www.army.mil/fm1>
[http:// www.ofc.osd.mil](http://www.ofc.osd.mil)
[http:// www.army.mil/armyvision](http://www.army.mil/armyvision)

Apêndice A – Intervenções militares dos EUA (entre 1991 e 1995)

- No golfo Pérsico em Janeiro de 1991, numa coligação internacional para inverter a invasão do Kuwait por Saddam Hussein – “Operação “Desert Storm””.
A campanha ofensiva, contra o Iraque foi realizada no cumprimento de uma Resolução das Nações Unidas. Uma campanha aérea com intensos bombardeamentos que precedeu as operações conjuntas aéreas e terrestres destinadas a isolar e destruir as forças iraquianas no Kuwait. Trouxe como principais lições, a ideia de que a tecnologia se tinha tornado o elemento decisivo de uma capacidade moderna, e a necessidade de usar o potencial de combate evitando ao máximo baixas nos combatentes (estratégia de “zero baixas”), recorrendo principalmente a um poder aéreo esmagador.
- Na Somália, a operação “Restore Hope”, que começou nas praias de Mogadíscio na manhã de Dezembro de 1992 com o desembarque dos Marines sob as luzes da televisão. Após a retirada de parte das forças americanas, as nações Unidas assumiram responsabilidades pelas operações em 04 de Maio de 1994 e, em Outubro desse ano teve lugar o agora famoso caso “Black Hawk Down” emboscada que deixou mortos 18 rangers da Força Delta (e cerca de mil Somalis).
- No Haiti, em Setembro de 1994, na operação “Support Democracy” para restaurar a ordem pública e repor o Presidente Aristides na governação do país. Depois do Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovar, em 31 de Julho, a operação militar, a ilha foi invadida, numa primeira fase por 15000 militares de uma Força multinacional para repor a ordem e repor na governação do país o Presidente Aristides.
Posteriormente, 6000 militares da ONU (UNMIH) foram para ali deslocados para formar uma nova força policial para o Haiti.
- Na Bósnia – Herzegovina, entre 1992 e 1995, no âmbito da ONU, integrando uma Força (UNPROFOR), com cerca de 39.000 militares, de 36 países, para criar condições para negociações e, segurança em zonas desmilitarizadas localizadas na Croácia. Alargada posteriormente à Bósnia, e mostrando-se esta Missão, incapaz de evitar as tensões étnicas, e massacres de civis, foi substituída, em 1995, por uma Força da NATO (IFOR), na sequência da implementação dos Acordos de Dayton.

Apêndice B – Factores característicos das Operações de Apoio à Paz

- **Flexibilidade:** Pelo objectivo da missão, pelos meios materiais e humanos envolvidos, as operações de apoio à paz são muito diversas. Uma não requerem o emprego da força, apenas a presença maior ou menor de efectivos ou meios militares. Outras, no entanto, podem converter-se em conflitos de baixa intensidade, o que vai exigir importantes alterações nas forças e na tática. Outras ainda, poderão apenas incluir actividades não puramente militares, como acções de policiamento, controlo de multidões, apoio a eleições, acções de apoio a ONG ou serviços administrativos locais.

É neste ambiente de incerteza, com situações que alternam, por vezes de modo imprevisível, de situações de apoio à paz ou humanitárias para acções de combate, que a força militar tem de assegurar não só capacidade de planeamento, mas também uma organização flexível e um conjunto de meios e equipamentos ligeiros e diversos para lhe fazer face.

- **Ligação com os Órgãos de Comunicação (OCS):** A ubiquidade dos “media”, a velocidade de mediatização e a sua importância estratégica para a condução das operações, aconselha a que a ligação entre a força militar e os OCS se faça com recurso aos Oficiais de Relações Públicas existentes em vários escalões. No entanto, todo o militar deve estar preparado para a omnipresença da informação nos futuros conflitos. Muitas das situações que os jornalistas procuram explorar estão relacionadas com incidentes entre a força militar e a população ou entre a força militar e os prisioneiros de guerra.¹ Para reduzir a pressão que essa presença provoca, todo o militar deve conhecer e respeitar as diferenças culturais e religiosas do povo residente.

- **Cooperação civil-militar (CIMIC):** É a coordenação e a cooperação, em apoio da missão, entre o Comandante militar e as populações, incluindo autoridades administrativas nacionais e locais, bem como organizações não governamentais (ONG) e locais ou outras agências. Pelo conjunto de acções, responsabilidades, que são coordenadas pelos militares da área da CIMIC, campos de refugiados, ajuda humanitária, apoio médico, etc, é importante que a diferentes níveis de escalão de comando exista para além do conhecimento sobre que ONG, que autoridades civis ou outras agências existem na região, que apoio podemos esperar delas ou a elas prestar, exista também, um conhecimento de técnicas de mediação e negociação para utilização nas acções de cooperação.

¹ De que é exemplo o célebre caso da prisão de Abu Ghraib no Iraque.

Constituem uma mais valia para o sucesso estratégico e político da missão, os sucessos alcançados nas diferentes acções de âmbito CIMIC. Por isso é relevante que nos diferentes escalões de comando estejam cientes da importância do relacionamento (institucional, pessoal) franco e realista entre os elementos desta actividade, e que bastará uma declaração ou atitude inapropriada para comprometer ou dificultar o cumprimento da missão.

- **Atitude individual:** pela importância de todas as actividades e pelo papel de representante do seu país, os militares designados para estas operações, devem ter, não só uma formação específica mas garantir que o seu comportamento é consentâneo com as exigências da missão.

Unidades combatendo ou deslocando-se em áreas urbanas podem muitas vezes ficar isoladas. Não só a capacidade de liderança e decisão é importante, já referido anteriormente quando falámos no - Strategic Corporal. Mas também, o bom senso, imparcialidade, flexibilidade nas atitudes, mas por outro lado, se necessário, firmeza, o conhecimento e respeito pelas diferenças, pela dignidade humana, o saber fazer uso das regras de empenhamento, o conhecimento e adequação, de acordo com as necessidades, do mandato e estatuto da força militar.

- **Ajuda humanitária:** Aqui considerada actividade no âmbito de uma operação de apoio à paz. É uma componente importante, não só por considerações de ordem ética e moral, não só porque cada vez mais existe uma cultura global de respeito pelos Direitos Humanos, mas também porque fornecer ajuda humanitária a civis durante os conflitos tem efectivamente um claro valor estratégico.

No conceito “The Three Block War”, mesmo os comandantes do mais baixo escalão de comando deverão colocar grande ênfase na ajuda humanitária. Actividades de não-combate serão sempre tarefas centrais em todos os contextos, incluindo situações de conflito armado.

Situações de crise ou conflito arrastam sempre pessoas deslocadas ou refugiados. O apoio a estas populações deverá ser feito em primeira instância pelas ONG ou agências humanitárias. No entanto, quer por força da dimensão do problema, ou porque a gravidade da situação militar impede a actuação daquelas ONG ou agências, a força militar deve actuar de modo a colmatar aquela impossibilidade.

Estas são acções que poderão contribuir para a imagem e símbolo dos esforços das forças militares para a estabilidade e apoio das populações e, ao mesmo tempo conquistar o seu apoio.

Apêndice C – Entrevistas

Entrevista ao Tenente-Coronel Inf^a Carlos Viegas da Paz Moreno, Comandante da Componente PRT(BrigInt)/MNBn/EUFOR) na BiH, durante o 2º Semestre de 2005.

Questão colocada – A Força Nacional Destacada que comandou, cumpriu, nas suas actividades de preparação e aprontamento os requisitos exigidos para actuar no ambiente operacional “The Three Block War” e assim desenvolver os três tipos de operações: apoio à paz, humanitárias ou de combate?

Resposta – No seu aprontamento, todas as actividades de instrução e de treino operacional que estavam contempladas nas Directivas emanadas da Brigada foram cumpridas.

No entanto, por razões que se relacionavam com a necessidade de continuarem a decorrer de modo permanente os processos de preparação individual em termos de assuntos administrativos, sanitários, ou mesmo acções de formação específicas e com uma calendarização própria, nem sempre era possível dispor de todo o pessoal para as acções de formação e treino operacional previstas.

Em termos conceptuais, todos os requisitos que são exigidos, quer em termos individuais ou colectivos, para fazer face aos três tipos de operações que estão previstos nesse conceito “The Three Block War”, apoio à paz, humanitárias ou de combate, foram cumpridos, uma vez que a Directiva estipulava, como orientações gerais, que a preparação da força se devia regular e basear na necessidade de actuação para acções no âmbito de operações de Forças de Segurança, Manutenção da Paz e Imposição da Paz. Todos os Programas que constam da Directiva emanada da Brigada de Intervenção, e que são, o Programa Base de Instrução da FND, o Programa de Instrução para Quadros e Tropas sobre Operações de Apoio à Paz, bem como o Programa de tarefas de instrução, foram ministrados integralmente e, julga atribuem as competências necessárias para executarem aquelas operações

Questão colocada – As missões e actividades realizadas pela FND, que comandou na BiH, enquadram-se nas operações previstas no conceito “The Three Block War”?

Resposta – As principais actividades que realizaram naqueles 6 meses, foram essencialmente: patrulhamentos, reconhecimentos, check points, recolha de armamento, patrulhas conjuntas com a Polícia local e elementos da Protecção Civil, controlo de movimentos. Todas estas actividades se integram no conjunto operações de apoio à paz. Não efectuaram qualquer operação humanitária ou, operação de combate.

Entrevista ao Tenente – Coronel Inf^a João Barros Duarte, Comandante do 2º BIMec, que constituiu a FND que integrou a SFOR e EUFOR, na BiH, durante o 2º semestre de 2005.

Questão colocada – A Força Nacional Destacada que comandou, cumpriu, nas suas actividades de preparação e aprontamento os requisitos exigidos para actuar no ambiente operacional “The Three Block War” e assim desenvolver os três tipos de operações: apoio à paz, humanitárias ou de combate?

Resposta – Está subjacente a todo o planeamento o conceito de que a força tem de estar preparada para poder actuar em qualquer tipo de cenário, incluindo o de combate.

O programa de treino operacional iniciou-se com Técnica Individual de Combate para todos os elementos da força (desde o Comandante até ao soldado), depois tivemos as acções convencionais de Secção/Pelotão, de seguida passámos à Companhia e terminámos com um exercício de Batalhão que tanto pode ser uma operação ofensiva ou defensiva. Em todos os níveis existem exercícios de avaliação.

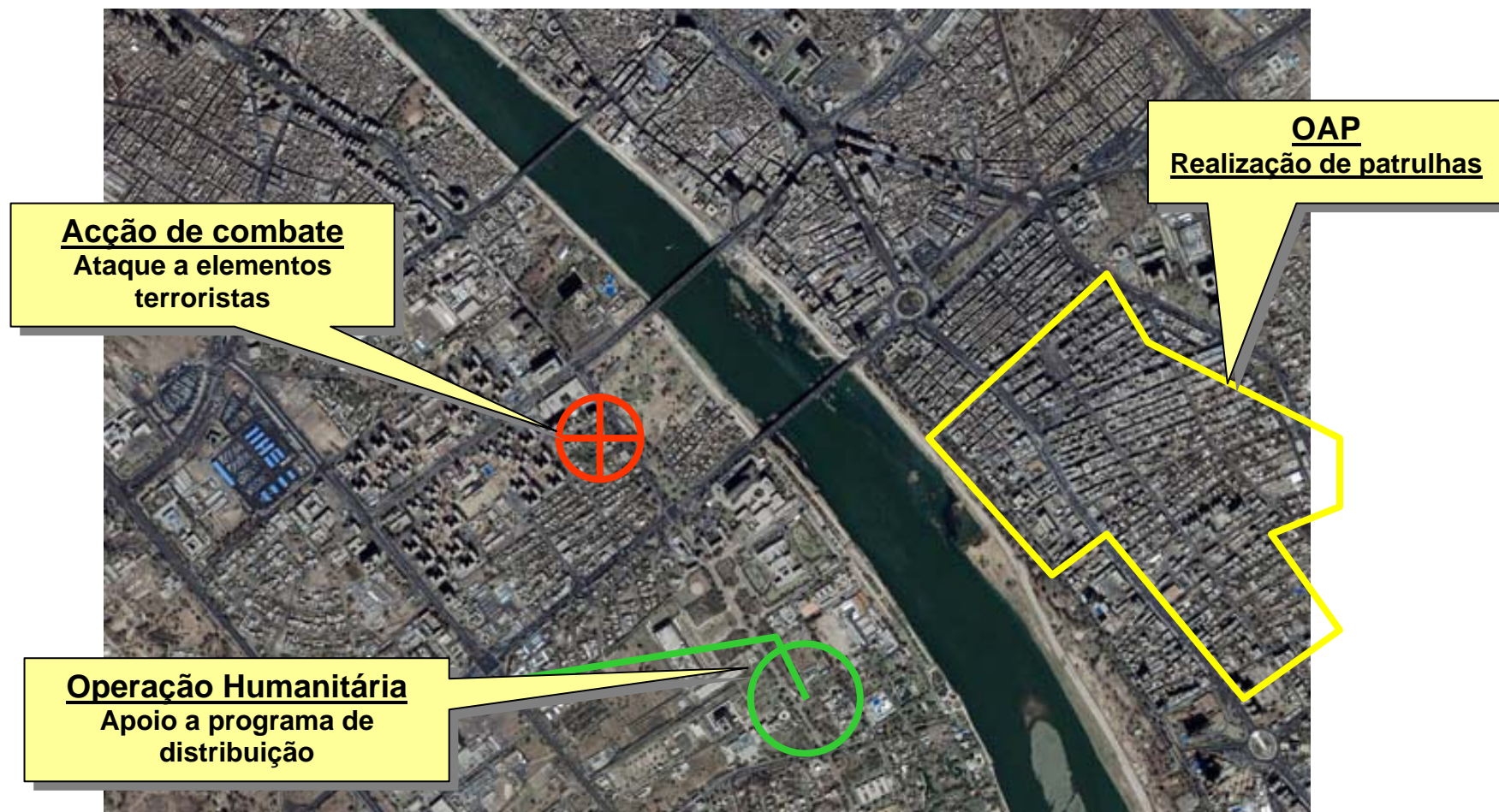
Esta fase convencional durou entre três a quatro meses.

Por fim e durante os últimos dois três meses faz-se o treino orientado para a missão, ou seja, sabe-se o TO para onde vamos ser projectados, sabe-se as missões que normalmente vamos realizar, sabe-se qual o ambiente operacional e então treina-se toda a força de acordo com o que na altura se passa no TO.

Julgo, portanto, que a FND que comandeie estaria preparada para actuar em qualquer tipo de cenário, previsto no conceito “The Three Block War”.

Questão colocada – As missões e actividades realizadas pela FND, que comandou na BiH, enquadram-se nas operações previstas no conceito “The Three Block War”?

Felizmente que o Batalhão só actuou em missões de apoio à paz e humanitárias e nunca em combate. Mas como disse atrás, a formação e treino operacional, quer a nível individual, quer a nível colectivo pelos diferentes escalões, preparou-nos para acções de combate. Felizmente nunca houve essa necessidade, mas estávamos preparados. Aliás quando tivemos uma Companhia como reserva terrestre do COMSFOR estivemos para ir actuar no Kosovo na altura das eleições.

Apêndice D - The Three Block War

“**The Three Block War**”: Num momento, uma força militar poderá, num determinado local (Block I), ter uma sub-unidade envolvida em acções humanitárias distribuindo comida ou roupas a refugiados ou populações, noutra local (Block II), forças envolvidas em operações de Apoio à Paz, mantendo separadas forças hostis e, finalmente, noutra local (Block III) outra sub-unidade intervindo num combate de média intensidade, mas de grande letalidade - tudo isto numa área reduzida (Three Block) e num mesmo dia.

Apêndice E – GLOSSÁRIO DE CONCEITOS

Apontamento – Conjunto de actividades logísticas, administrativas e sanitárias, executadas para preparação da força, bem como os reconhecimentos ao TO e formação específica ao contingente para a missão.

(Não tendo sido encontrada definição oficial, esta é uma versão do autor).

Battlegroup – Resultante de uma iniciativa franco-britânica, posteriormente alargada à Alemanha, para operacionalizar os Elementos de Resposta Rápida que os Helsinki Headline Goals previam. Em Maio de 2004 passa a estar no centro de novos headline goals estabelecidos pela EU para o ano 2010. É constituído por uma força, de escalão batalhão reforçado, com cerca de 1500 militares com capacidades adicionais de apoio de serviços e de apoio de combate em elevado grau de prontidão, preferencialmente vocacionados para missões da ONU.

(TenGen PilAv Araújo. Conferência “Os novos desafios organizacionais da Defesa Nacional”, proferida ao Curso de Promoção a Oficial General em 30Jan06).

Capacidade – a aptidão ou possibilidade de uma força militar para desempenhar uma determinada tarefa, missão ou atingir um objectivo, gerada através da combinação eficiente de pessoal, equipamento, infra-estruturas e/ ou treino, de acordo com uma doutrina de emprego.

(O Exército Português, no Plano de Médio e Longo Prazo, 2005-2023).

Combined Joint Task Force (CJTF) - is a combined (multi-national) and joint (multi-service) deployable task force, tailored to the mission, and formed for the full range of the Alliance`s military missions. A CJTF consist of 3 layers: the CJTF HQ, the subordinated Component Command HQs, and forces assigned for the operation.

(AJP-01, September2000).

Effectuated Approach Based Operations (EABO) – it is “the comprehensive integrated application of all instruments of Alliance power, both military and non-military, to create campaign effects, which will achieved desired outcomes”.

(Concepts for Alliance Future Joint Operations. HQ SACT/NATO, 31August2005).

Estados Párias (Rogue States) – São Estados que ameaçam a comunidade internacional através da aquisição de armas de destruição maciça (WMD) e podem desencadear acções militares agressivas contra outros Estados ou mesmo grupos sub nacionais no seio dos seus territórios. As WMD poderão constituir uma opção como equalizador de poder à medida que vão descendo na escala económica ou se sintam ameaçados pelos vizinhos ou pelos EUA.

(TILD *Cor Inf António Agostinho*, 2005,48).

Guerra Assimétrica – São acções desenvolvidas por um Estado ou por grupos não estatais, para contornar ou negar os pontos fortes de um oponente e capitalizar nas fraquezas apercebidas, através da exploração de valores, estratégias, organizações e capacidades não semelhantes. Tais acções são capazes de conseguir, pelo seu desígnio ou origem, efeitos desproporcionados, conseguindo assim uma vantagem para o instigador que provavelmente não seria possível de obter por meios convencionais.

Existem guerras formais assimétricas (assimetria positiva), opondo Estados com potenciais relativos muito desequilibrados; e guerras informais assimétricas (assimetria negativa), opondo entidades estatais a não-estatais, num contexto de tentativa de afirmação do poder por parte da entidade estatal. São geralmente guerras internas.

(*The UK Joint Vision*, 15 de Junho de 2001).

Intensidade dos Conflitos – De acordo com o grau de violência, intensidade, e os níveis de tecnologia empregues por forças militares em oposição, os conflitos podem classificar-se da seguinte maneira:

Conflitos de Baixa Intensidade – São confrontações político-militares, entre Estados ou grupos, normalmente confinadas a uma área geográfica específica, e que envolvem o uso de meios militares abaixo do nível de combate entre forças regulares, como: operações policiais de grande envergadura ou de forças militares em acções directas/pontuais e operações especiais (utilização de Forças Especiais militares). Cobrem um largo espectro de acções, incluindo: grande criminalidade (raptos/assassinatos); instabilidade social (greves gerais); desobediência civil generalizada, com confrontos sociais violentos; afrontamento aberto com as Forças de Segurança, ataque a instalações; crime organizado/cartéis/máfias, acções violentas organizadas; acções de sabotagem; ciberataques; luta de guerrilhas. São de longa

duração e empenham uma combinação de instrumentos políticos, económicos, psicológicos e militares.

(*US Army Field Manual 100-20 – Military Operations in Low Intensity Conflict*).

(RAMALHO, José Luís Pinto, *O Conflito Assimétrico e o Desafio da Resposta – Uma Reflexão*. Revista Militar nº 2443/2444 - Ago/Set. de 2005).

Conflitos de Média Intensidade – São guerras entre duas ou mais nações e respectivos aliados, se existirem, na qual os beligerantes empregam a mais moderna tecnologia e todos os recursos em informação, mobilização, poder de fogo, excluindo as armas NBQ, Comando, Controlo e Comunicações e Apoio de Serviços. Podem incluir: atentados/acções violentas, atentados suicidas, terrorismo, milícias armadas “War Lords”, guerrilha urbana e conflito aberto limitado.

(NC - 70-70-09, *Operações de Paz e Dissuasão*, IAEM, 1996).

(RAMALHO, General José Luís Pinto, *O Conflito Assimétrico e o Desafio da Resposta – Uma Reflexão*. Revista Militar nº 2443/2444 – Ago/Set de 2005).

Conflitos de Alta Intensidade – São guerras entre duas ou mais nações e respectivos aliados, se existirem, em que os beligerantes empregam a mais moderna tecnologia e todos os recursos de informação, mobilização, poder de fogo, incluindo as armas NBQ, Comando, Controlo e Comunicações e, Apoio de Serviços. Guerra de “guerrilha prolongada”, guerra civil e guerra convencional generalizada, com utilização de ADM/CBRN são acções que se podem incluir neste tipo de conflito.

(NC - 70-70-09, *Operações de Paz e Dissuasão*, IAEM, 1996).

Interoperabilidade - definido na doutrina militar Americana como: The ability of systems, units, or forces to provide services and to accept services from other systems, units, or forces and to use the services so exchanged to enable them to operate effectively together.

(*AJP-01, 2000, Glossary-6*).

NATO Response Force (NRF) - it is a coherent, high readiness, joint, multinational force package, held at a very high readiness that will be tailored for an assigned mission.

(MC 477, *Military Concept for the NATO Response Force*, 10 April 2003).

Network Centric Warfare (NCW) - Is an information superiority-enabled concept of operations that generates increased combat power by networking sensors, decision makers, and shooters to achieve shared awareness, increased speed of command, higher tempo of operations, greater lethality, increased survivability, and a degree of self-synchronization. In essence, NCW translates information superiority into combat power by effectively linking knowledgeable entities in the battle space.

(RODRIGUES, Alexandre Reis, *Defesa e Relações Internacionais*, Lisboa, Editorial Notícias, 2004).

Poder errático – Forma de poder que não tem necessariamente território próprio, precisa de um hospedeiro que forneça o santuário, mas procede nos moldes de um Estado: é obedecido por largas massas da população, alimenta o orçamento de maneira violenta ou consentida, sustenta forças armadas, leva a guerra sob a forma de terrorismo a vários territórios de estados diferentes, tem eventualmente um projecto de estabilização final sob a forma de Estado clássico. Exemplo: a Organização de Libertação da Palestina (OLP).

(MOREIRA, Adriano, *Teoria das Relações Internacionais*, Lisboa, Edições Almedina, 2002).

Superioridade de Informação – é a vantagem operacional derivada da capacidade de recolher, processar e disseminar ininterruptamente um determinado fluxo de informação ao mesmo tempo que se explora ou nega ao In a possibilidade de fazer o mesmo.

(*Concept for Future Joint Operations- Joint Vision 2010, May 1997*).

Teatro de Operações – É a parte do teatro de guerra necessário á condução ou apoio das operações de combate.

(*RC Operações*, Setembro 2005).

ANEXO A: Discurso do General Charles Krulak

General Charles C. Krulak, Commandant of the Marine Corps

at the National Press Club

October, 10 1997

Thank you Mr. Aubuchon (AW - RU - SHON), veterans, members of the National Press Club, ladies and gentlemen, fellow Marines and servicemembers ... I am honored to be with you today.

In 9 AD, Roman Proconsul Quinctilius Varus crossed into Germany to bring recalcitrant barbarian tribes to suppression. Three years prior, his legions had decimated a similar uprising and had sent thousands of men, women, and children back to Italy as slaves... The Romans expected that this outing would be no different. On a hot August morning, the two sides joined battle in the Teutoberg (TOO - TO- BERG) Forest near what is today the city of Minden. By nightfall, Varus had lost the eagles of three legions and was conducting a desperate rearguard action to save his remaining forces. During the withdrawal, Varus could be heard muttering under his breath ... "Ne Cras, Ne Cras" --"Not like Yesterday... and, it wasn't like yesterday."

The fact of the matter is that in today's vernacular, the Germanic tribes had watched CNN. They had seen, first hand, three years earlier, the power of Roman technology -- the heavy cavalry and the bow men. The barbarians lured the Roman heavy

Cavalry into the marshes where their mobility and shock power were rendered useless.

They led the Roman bow men into the forest where the trees negated the effectiveness of their arrows. What was left was the Roman light infantry, a minor nuisance, once separated from their supporting arms... the cavalry and bow men.

The strategy worked three days later Varus' head adorned a Germanic warpike.

Upon hearing the news of Varus's defeat, Caesar Augustus suffered a nervous breakdown. So greatly affected was Augustus that for several months he cut neither his hair nor his beard, and sometimes he would dash his head against a door, crying:

"Quintilius Varus, give me back my legions".... Varus's and Augustus's outlook towards the world was colored by their past experiences and their past successes. Their whole view of warfare was based on the premise that nothing would change that no matter what the world situation was ... Imperial Rome, as the sole superpower, would always prevail.

They, like us today, viewed the world through the lens of unquestioned military superiority.

We too are faced with a world in transition. Seemingly overnight, once stable nation states are imploding... ripped by internal struggles... confronted by long suppressed animosities. Ethnic hatred, religious strife, and clan warfare respect no state boundary and are serving as tinder for transnational movements -- for the rise of the NON-STATE that we are seeing today. Coupled with this surge in ethno-religious warfare is a radical shift in world demographics, economic output, and military strength; an inexorable migration of power from the west to the east is occurring. The tide of change is moving across the world as old empires collapse ... new ones arise... and others struggle

to be heard. It is social reorganization on a global scale and one that defies modeling.

This is the landscape upon which the 21st Century battle will be fought. It will be an asymmetrical battlefield. Much like the Germanic tribes, our enemies will not allow us to fight the Son of Desert Storm, but will try to draw us into the stepchild of Chechnya. In one moment in time, our servicemembers will be feeding and clothing displaced refugees --providing humanitarian assistance. In the next moment, they will be holding two warring tribes apart -- conducting peacekeeping operations -- and, finally, they will be fighting a highly lethal mid-intensity battle -- all on the same day... all within three city blocks. It will be what we call the "three block war." In this environment, conventional doctrine and organizations may mean very little. It is an environment born of change. Born of technology and weapons that are readily available to friend and foe alike. We can make the mistakes of Quinctilius Varus and ignore the implications of change... or we can learn from history and prepare now for the inevitable battles to come.

I believe that as a Nation, we must begin in earnest NOW to prepare for the future. To that end, as Commandant of the Marine Corps, I wrestle with several questions each day: Namely "How do we prepare our Marines for the 21st Century battlefield?" "How do we train them, how do we instill in them the knowledge, skill, decision making ability, and character to go from humanitarian to peacekeeping to warfighting in three city blocks?" "How do we equip them for that three block war?" And, perhaps most significantly, "How do we prepare the Corps -- as an institution -- for the challenges of the 21st Century? How do we develop an institutional commitment to change?"

I wish I could tell you we have the answers. We don't. We have, however, made some significant changes that I believe provide a partial answer and put us on the road to meaningful solutions.

We started by conducting a thorough review of all our programs and processes to prepare our forces to fight and win the first battle of the next war. Because everything starts and ends with the individual Marine, we began our efforts there.

We had a dilemma. We wanted to capitalize on the tried and true method of making Marines... high standards, tough recruit training, and instilling in each Marine the ethos of selflessness. Yet, at the same time, we knew we needed to make some changes to ensure our methods would measure up against the 21st Century battlefield scenario. A battle where the actions of a 19 year old Marine will not only have tactical and operational significance, but possibly strategic as well.

To fight and win the three-block war will demand men and women who are not only experts in their craft, but uncompromising in judgment and character. We, therefore, developed the cradle to grave process we call Transformation.

We begin by offering the youth of America nothing but a challenge. Our advertising makes no claims of job skills or money for college -- just an opportunity to test their mettle -- to see if they have what it takes to be a Marine.

On the recruiting front, we have raised our standards: Our goal is 95 percent high school graduates while the DoD standard is 90 percent. We screen out individuals who sport gang or neo-nazis tattoos, and we drug test all applicants at least three times. If an individual makes it over these hurdles they may be accepted for enlistment into the Corps.

We offer a challenge, and the youth of America have answered the call. We have made mission for the past 27 months, enlisting 107 percent of our goal and 97 percent high school graduates... no other service can make that claim.

After enlisting, potential recruits enter our delayed entry program for an average of six months. Here they are schooled in Marine Corps history, tradition, and our core values -- honor, courage and commitment -- and trained physically before they even leave for boot camp.

Once at recruit training we spend 10 weeks instilling self-discipline and reinforcing our core values and ethos in each young man and women. The goal is to transform these individuals from many diverse backgrounds into Marines imbued with a common set of values and standards. We know we can't change the value system of an 18 year old, but we do believe we can teach them our Marine values, then hold them accountable for meeting those values and for maintaining our high standards.

In the eleventh week recruits complete the "Crucible," The Crucible is 54 hours of mental, physical and moral challenges exacerbated by food and sleep deprivation. It is a defining moment which takes these young recruits and moves them beyond self-discipline into selflessness -- bringing together two of the most important traits of a Marine... self-discipline and selflessness.

Upon graduating from recruit training, Marines are assigned to teams based on their military occupational specialty. Thus grouped, Marines attend either the School of Infantry or Marine Combat Training and their follow-on occupational school. They are then assigned together to a unit and remain with that unit for their entire first enlistment --

further strengthening the bonds now well established. For the rest of their time in the Corps, those values and bonds will be reinforced through training at our service schools and non-resident courses of study.

But preparing the Marine Corps for the 21st century requires far more than recruiting and training the best America has to offer, it requires an institutional commitment to change. The accelerating rate of change in our operating environment, requires us to continually anticipate this change, and "out innovate" it. Just laminating technology on current doctrine and current equipment won't help us one bit. To win in the 21st century, the Corps must "steal a march" on change. How are we doing this? We are institutionalizing innovation and we are experimenting...

In October 1995, we stood up a Warfighting Laboratory at Quantico. This laboratory serves as the conduit for operational reform in our Corps. It is investigating new and potential technologies and evaluating their impact on our doctrine and on how we organize, train, and equip to fight in the future. At the forefront of this effort is the test bed we call "Sea Dragon." Sea Dragon is not one particular concept or idea, but, rather a commitment to innovation. It is a method of evaluating potential structures, tactics, and techniques, and equipment.

Last February, as part of the Sea Dragon process, we conducted the first of three Advanced Warfighting Experiments in the desert at 29 Palms California. Called Hunter Warrior, it was designed to see if a light, combined arms force, such as a Marine Expeditionary Unit, arriving early on scene in a conflict could seize the initiative from a superior force when supported by long-range precision weapons. We had some

spectacular successes and we also had some failures.... Not surprisingly, we have learned far more from the mistakes and failures than from the successes.

Our next Advanced Warfighting Experiment -- Urban Warrior -- is in progress now. Throughout modern history, we have consciously skirted fighting in urban areas. It is a very difficult and dangerous place to fight... one we want to avoid.

But by 2010, over 70 percent of the world's population will live in urban areas and most of these, within 300 miles of a coastline -- in the world's littorals.

It is here that our enemies will challenge us. . the urban areas will become the centers of gravity for our foes. Cities have the potential to negate much of our current technological advantages ... they will be our marshes and woods of Varus and 9 AD. That is the setting of the 21st Century battle, and Urban Warrior will help us test and develop the doctrine, tactics, techniques, procedures and equipment to win that battle. We have already begun conducting limited objective experiments at Quantico. The next step is to experiment at Camp LeJeune then on to the west coast. All in all we will spend 18 months experimenting in Urban Warrior.

The final Advanced Warfighting Experiment -- Capable Warrior -- is the culminating phase of our five-year Experimentation Plan. It will focus will on fleet and force level operations across the entire spectrum of war including operations other than war. The principle focus will be on the types of operations naval forces currently conduct and, more importantly, on those we expect to conduct in the future. Applicable concepts, tactics and technologies from Hunter Warrior and Urban Warrior will be incorporated.

As we continue to refine our experimental efforts, we will do so in concert with a new initiative we call -- "Leaning into the 21st Century." "Leaning into the 21st Century" examines the requirements of the three block war and the associated implications for military operations.

Goldwater-Nichols closed the gaps between the services. Operations in Somalia, Liberia and Bosnia have established precedent for the coordination of military activities with those of other governmental and non-governmental agencies in the theater of operation. Tomorrow's success on the 21st Century battlefield will demand the effective integration of all the traditional elements of national power and then some....

While still very much in its infancy, one of the key concepts to be developed is a plan which will take advantage of the resident intellects, assets and capabilities of academia, industry, and other non-governmental agencies combined with the more traditional elements of national power -- military, political, economic and cultural.

With a "virtual staff" at its core, this new warfighting concept will leverage the technology resident in the best companies and organizations America has to offer through a "reach back" capability to these organizations and individuals during all phases of operations.

This is not new. We are doing it right now with the Chemical Biological Incident Response Force. The Marine Corps has tapped into the expertise of Nobel Laureate, Dr. Josh Lederberg and others to assist in the event of a Chem/Bio attack. As the head of our Chem/Bio "reach back" staff, Dr. Lederberg and his team join us on the scene of response via telecommunications and provide valuable diagnostic and treatment information.

It is not difficult to visualize the expansion of this concept to bring the expertise of chemical companies, computer and software firms, banks and environmental groups onto the 21st Century battlefield.

Today, I believe, we are at critical juncture. We must prepare ourselves to deal with the rapid change and chaos we will face in the future. We must leave the Cold War and its associated relics behind. We must make a commitment NOW to developing the right concepts ... building the right organizations, and acquiring the right capabilities ... that will allow us to win in the 21st Century.

In 14 AD, Caesar Augustus led an expedition back to Germany to recover the lost eagles of Varus's legions, but he was too late ... the damage had been done...

The Teutoberg (TOO-TO-BERG) Forest victory served to unite the remaining German tribes and to remind all that the legions could be beaten..., that Rome could be hurt. The frontier would never be the same. Upon surveying the battlefield Augustus had an inkling of what was to come when he said, "Ne Cras," A warning for tomorrow... America's Corps of Marines has heard the warning and we ARE taking action.

Thank You.

ANEXO B: Alterações demográficas da população mundial até ao ano de 2030

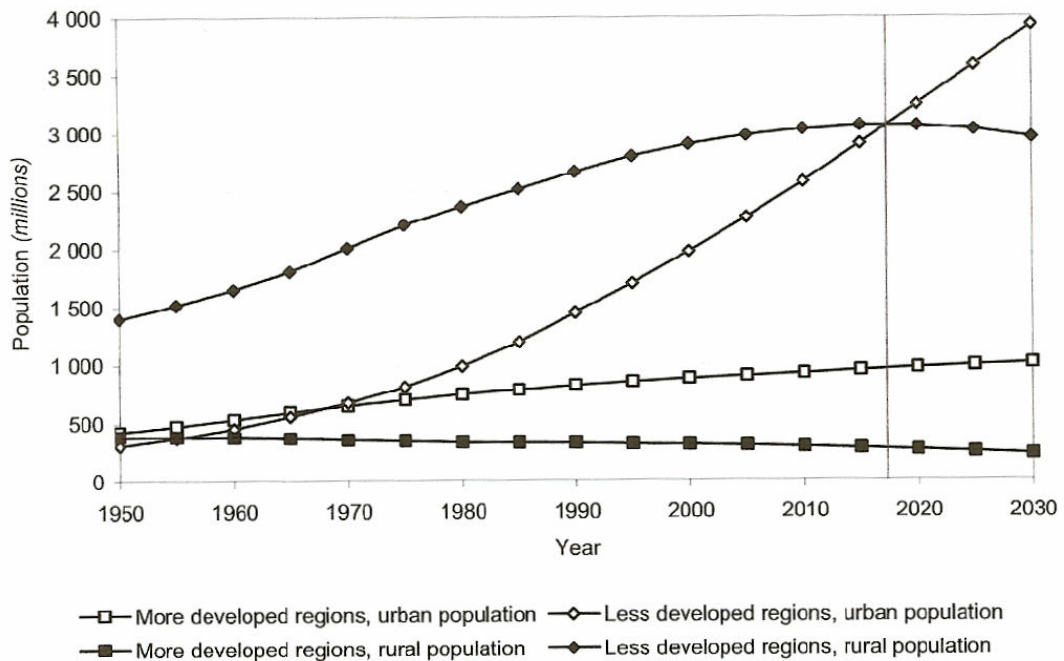


Gráfico 1-1: Alterações demográficas da população urbana e rural, até 2030.¹

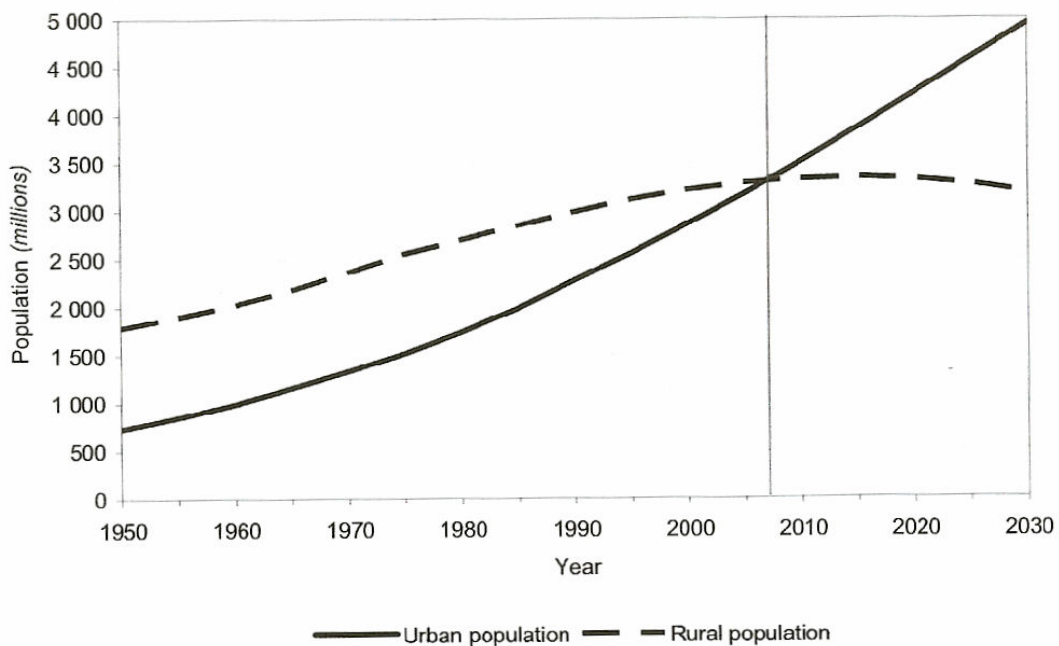
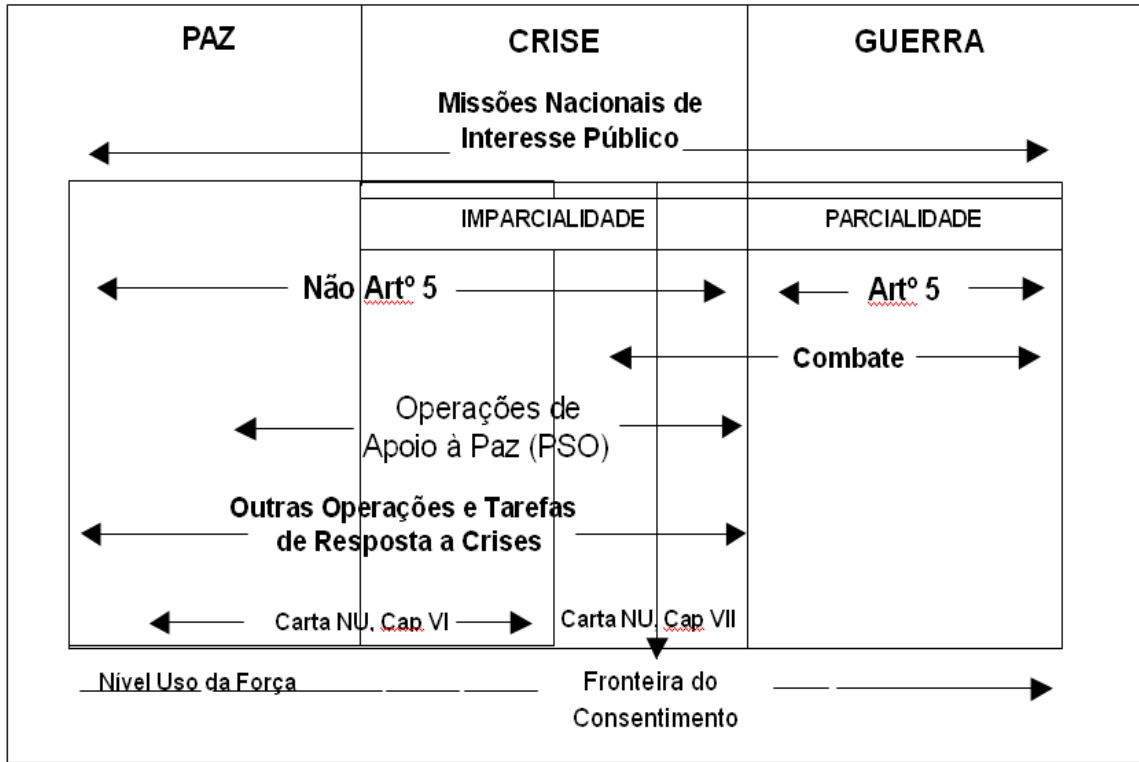


Gráfico 1-2: Alterações demográficas da população urbana e rural, até 2030, segundo o seu nível de desenvolvimento²

¹ UN Department of Economic and Social Affairs, Population Division, *World Urbanization Prospects*.

² Idem

ANEXO C: Espectro das Operações Militares



Espectro das Operações Militares

(RC Operações, 2005,2-11)